

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Um país à beira de um ataque de nervos

Em tempos foram os deputados, depois os magistrados, agora os professores. Sob o manto diáfano de atacar os privilégios defenestra-se a honorabilidade da classe, lançando-se, despudoradamente, a ignomínia sobre ela. No fundo nada de substancial se altera. Mas colhem-se os dividendos de uma política supostamente corajosa, alegadamente reformista e de pendor invocadamente social. É um embuste em toda a linha.

Os deputados protestam. Que se calem pois é tempo de por fim às suas mordomias. Os magistrados reclamam. Que se calem pois têm férias a mais. Os professores revoltam-se. Que se calem pois a partir de agora vão ser controlados.

É o Estado no seu melhor. Omnipresente, onnipotente e omnisciente. É o regresso do Big Brother.

O problema é a ressaca deste estado de coisas. Aí o país constata que nada de significativo foi feito em matéria de reformas estruturais. A educação continua um desastre. A saúde nem se fala. A justiça não funciona. Tudo como dantes em Abrantes.

O que fica de tudo isto é o aviltamento da auto-estima de um povo. A confusão de autoridade com autoritarismo. Esperemos que um inopinado grito de alma de um país à beira de um ataque de nervos ainda possa alterar o curso da História.

Oxalá!

Jorge Neto

Em Santarém, Menezes recorda que primeiro-ministro atingiu “mais um record”:



O maior abrandamento económico do País desde 1993

Destaques:

Convenção autárquica em Santarém, nova CPD em Braga

Em “Actividades do Presidente”

O Presidente, na «Zona J» de Chelas, vê o “País Real”, no 3º aniversário do “País das Maravilhas” de Sócrates

Em “Actividades do Presidente”

Secretário-geral acusa Santos Silva de recorrer “habitualmente” à “baixa política”

Em “Actividades do PSD”

Na Convenção Autárquica do PSD do distrito de Santarém

Menezes recorda que primeiro-ministro atingiu “mais um recorde”, o do maior abrandamento económico do país desde 1993, revelado do sexta-feira pelo Banco de Portugal

No encerramento da 5ª Convenção Autárquica do PSD do distrito de Santarém o presidente do PSD acusou o primeiro-ministro de ter um “enorme descaramento” ao falar de falhar compromissos, afirmando que José Sócrates é, em Portugal, um “paradigma” em matéria de mudança de comportamento.

Luís Filipe Menezes, reagia assim às acusações que lhe foram feitas indirectamente por José Sócrates, ao referir-se aos que “faltam à palavra dada” e não honram os compromissos assumidos, aludindo aos “recuos” do PSD nos pactos da Justiça e da Lei Eleitoral Autárquica. *(Veja, mais adiante, a comunicação à Imprensa, no decorrer da Comissão Política Nacional do passado dia 19)*

“Quanto a discurso ético, mais vale o engenheiro José Sócrates não falar de ética, porque não queremos entrar em matérias que têm a ver com a dignidade dos políticos em termos individuais”, afirmou.

Menezes acusou ainda o primeiro-ministro de falar de mudança, plagiando o candidato democrático às eleições norte-americanas Barak Obama, quando sexta-feira atingiu “mais um recorde”, o do maior abrandamento económico do país desde 1993, relatado sexta-feira pelo Banco de Portugal.

Este “recorde”, aliado à “tensão social” que se vive no país, é sinal de que “o engenheiro Sócrates está de partida”, disse.

O presidente do PSD acusou o primeiro-ministro de ser ele quem falha compromissos, ao ter prometido não aumentar impostos, não portajar as SCUTS, não tocar em direitos sociais, ao jurar que o aeroporto seria na Ota e a ponte entre Chelas/Barreiro sem discussão pública e que disse que o ministro da Saúde não ia embora e “três dias depois despediu-o”.



Reagindo ainda à notícia de um semanário que refere hoje a “irritação” do presidente da República, pela quebra dos pactos acordados com o PS, Luís Filipe Menezes garantiu que Cavaco Silva tem tido “um comportamento institucional irrepreensível e uma relação extraordinária com o PSD” – como aliás o próprio Cavaco Silva veio afirmar publicamente, rejeitando qualquer “irritação” com o facto de o líder do PSD ter ameaçado romper o Pacto de Justiça com o PS e sublinhando que está acima das questões partidárias.

“Não estou nada irritado, porque o Presidente da República não se irrita em relação a questões de natureza partidária, porque ele está acima dos problemas partidários”, afirmou Cavaco Silva, à margem da cerimónia de inauguração do novo edifício dos paços do concelho de Boticas, no seguimento de uma visita que está a fazer ao distrito de Vila Real.

Menezes aludiu ainda à “intriga” de adversários, mas também de alguns militantes do PSD, perante a “coragem” que tem tido de “afrontar para ganhar”.

Segundo disse, alguns militantes não acreditavam que “isto fosse a sério, para ganhar, e estão agora muito aflitos”, nomeadamente depois de ter afirmado que as listas de deputados passarão a ser escolhidas pelas bases do partido, o que leva alguns a estarem “particularmente preocupados”.

Após a Convenção, reunião de militantes num grande jantar na Chamusca

Num grande jantar na Chamusca (que se seguiu à convenção autárquica de Santarém), o presidente do PSD disse que nunca em Democracia, ou seja, desde o verão quente de 74 e do PREC, “os direitos e liberdades foram tão atacados”, acusando o Governo socialista de impor a “lógica do medo”, dando o exemplo da identificação policial de professores, imediatamente após uma ordeira manifestação de professores, no Porto.

Admitindo que os agentes no terreno estejam a ser “mais papistas que o Papa”, Luís Filipe Menezes atribuiu a responsabilidade por este clima de intimidação ao primeiro-ministro, José Sócrates.





Menezes iniciou mesmo o seu discurso no jantar (que reuniu quase 500 militantes) dizendo que tinha o telemóvel a tocar.

“Deve ser o engenheiro Sócrates preocupado, a querer saber se há comunistas aqui na sala a protestar”, ironizou.

“O país não está bem na economia, nos direitos sociais, na educação, na saúde, na segurança, mas primeiro que tudo há que assegurar a saúde da nossa Democracia, os nossos direitos e liberdade”, disse, afirmando que nunca como hoje encontrou tantas vezes a palavra “medo”.

Como exemplo, o presidente do PSD denunciou a identificação, pela polícia, dos professores que deram a cara e falaram às televisões durante a “grande manifestação” que se realizou sábado no Porto.

“Isto só antes do 25 de Abril”, disse Menezes, responsabilizando Sócrates por este clima, ao atribuir as manifestações que há pelo país aos comunistas, ou afirmar que decorrem sem autorização, ou ainda ao “pactuar” com inquéritos disciplinares a professores e médicos que manifestam a sua discordância com as políticas do Governo.

“Ao entrar para aqui falava com o deputado Miguel Relvas no sentido de chamar ao Parlamento o ministro da Administração Interna e o Director da PSP para explicarem (situações como a do Porto), mas chegámos à conclusão que não vale a pena. O que vale a pena é mandar embora este Governo”, afirmou o presidente do PSD.

Menezes, que momentos antes, no encerramento da 5ª Convenção de Autarcas Social-Democratas do distrito de Santarém, acusou José Sócrates de ser “plástico”, repetiu que o primeiro-ministro “adora a artificialidade e a propaganda”.

Para o líder social-democrata, se Sócrates quer copiar o candidato democrata às eleições presidenciais norte-americanas Barack Obama, deve ver o que aparece escrito na campanha daquele: “mudança”.

Menezes considerou “condenável” que Sócrates teime em afirmar que a sua promessa de criação de 150.000 postos de trabalho é independente dos que se perderam entretanto.

“Até o primeiro-ministro mais incompetente do Mundo cria 150.000 postos de trabalho, basta que despeça esses trabalhadores num dia e os volte a admitir no dia seguinte”, afirmou.

Segundo disse, nesta legislatura já se perderam 470.000 postos de trabalho, para não falar das “centenas ou memo milhares de portugueses” diariamente “acantonados” em camionetas para irem trabalhar em Espanha, devido à forma como se está a desertificar o interior e aos mais de 65.000 que emigraram em dois anos, limpando assim uma percentagem significativa dos cadernos de desempregados.

A desertificação do interior foi ainda o argumento invocado por Luís Filipe Menezes para justificar a oposição do PSD ao mapa judiciário, que acaba com uma centena de comarcas.

“Não vamos consentir que o último marco da presença do Estado abandone o país”, disse, afirmando que se trata de uma “política suicida” que não terá o apoio do PSD.

Menezes reafirmou ainda que o que pretende mudar na lei eleitoral autárquica negociada com o PS - manter o voto dos presidentes de junta nos orçamentos das autarquias - é “uma pequena mudança que não desvirtua a lei”.

Se o PS “quiser impor a sua vontade contra a de milhares de autarcas de freguesia, não haverá lei nenhuma e ficaremos com a que temos”, disse.

O presidente do PSD ainda desafiou hoje os “notáveis” que não dão a cara pelo partido a “arrepriar caminho”, “arregaçar as mangas” e disponibilizarem-se, nomeadamente, para ajudar a conquistar municípios nas autárquicas de 2009.

Luis Filipe Menezes apelou aos militantes - que optam pelos “pactos de gabinetes”, mas que “ninguém vê” e “não têm disponibilidade” para jantares e almoços porque preferem ter os fins-de-semana “prolongados” - para “arrepriar caminho”.

“Têm ano e meio para arregaçar as mangas e disponibilizar-se”, nomeadamente para o combate autárquico, dando o seu nome para ajudar o

partido a conquistar mais câmaras nas autárquicas do próximo ano, disse.

“Queremos aumentar as câmaras municipais, nomeadamente no distrito de Santarém, onde queremos passar de sete para 14 ou 16 (em 21). Há aqui algumas à espera dos notáveis, dos nomes conhecidos dos jornais que dariam certamente bons resultados”, afirmou.

“São os dirigentes de base a pedir essa militância. É a sua última oportunidade”, afirmou, garantindo ainda que serão as bases a escolher os nomes das listas para as legislativas e que “ninguém será imposto pelo aparelho”.

O presidente do partido afirmou ainda que aceitou o convite para se deslocar ao distrito de Santarém “à última hora” porque o PSD está em fase de “revitalização” e queria ter mais uma prova dessa “vitalidade”.

Inicialmente foi anunciado o encerramento da convenção pelo secretário-geral, Ribau Esteves.

Menezes afirmou que as inúmeras iniciativas em que tem participado nas últimas semanas lhe estão a revelar “uma diferença grande no partido”, que já não surge aos seus olhos “mortiço e contrafeito”, mas com rostos “abertos, satisfeitos, com um estado de espírito novo”.

Para Menezes, «há dois ‘portugais’ e porventura dois ‘PSDês’», o dos que



criticam o partido e o do “povo anónimo” que “começa a acreditar que existe uma alternativa”.

Pedindo um “cerrar de fileiras”, o líder social-democrata assegurou que, com os milhares de militantes que o acompanham, não irá dar tréguas ao primeiro-ministro, José Sócrates, até 2009, prometendo a vitória nas três eleições que se realizam nesse ano, europeias, autárquicas e legislativas.

“Tenciono ganhar em 2009. Vão ter que me aguentar até 2013”, afirmou.

Nova Direcção da Comissão Política Distrital de Braga e jantar de confraternização de militantes em Vila Verde Virgílio Costa toma posse para novo mandato à frente da Distrital

O Deputado e Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do PSD, Virgílio Costa, tomou posse para um novo mandato à frente dos destinos da Comissão Política Distrital de Braga do PSD numa sessão que teve lugar em Braga, na passada Sexta-feira, 22 de Fevereiro, em que marcaram presença o Presidente do Partido, Luis Filipe Menezes, o Secretário-Geral do PSD, José Ribau Esteves, e vários outros Deputados e Dirigentes nacionais, distritais e locais deste Partido.

Numa cerimónia com centenas de militantes, que a sala Minho do Hotel Turismo de Braga não foi suficiente para albergar, as críticas ao Governo foram o tema forte das intervenções produzidas por Virgílio Costa e Marco António Costa, em representação das Distritais do Norte do País, bem como Ribau Esteves, anterior Presidente da istrictal de Aveiro e agora Secretário-Geral do PSD.

Todas as intervenções tiveram um tom muito duro e crítico em relação ao Governo, às suas principais medidas e às promessas por cumprir. No diagnóstico que fez à região e ao país, Virgílio Costa pintou um quadro negro em termos económicos e sociais, salientando o constante fecho de empresas e o aumento do desemprego, que no Norte tem especial relevância. Numa alusão ao concelho de Guimarães, o líder distrital do PSD lembrou «a taxa de desemprego é de 14 por cento».

O discurso mais forte foi o de Ribau Esteves, que considerou que o actual momento político em Portugal é «muito exaltante», por entender que o PS já chegou à conclusão que «as suas medidas políticas não resultaram» e que as promessas feitas na campanha eleitoral de há três anos «não vão ser cumpridas».

Este cenário, segundo o dirigente social-democrata, abre caminho ao PSD para ser alternativa. «Hoje em dia, o nosso partido é o centro das atenções do debate político em Portugal. Com a liderança de Luis Filipe Menezes, somos um partido mais activo, mais capaz e mais gerador de esperança nos portugueses para podermos construir uma alternativa capaz e credível para as eleições legislativas de 2009», disse.



Noutro âmbito, abordando a nova lei eleitoral autárquica, Ribau Esteves, negou que o partido tenha “eliminado” o acordo com o PS sobre a matéria. «Não há ruptura de negociações, há sim um processo que foi seguido de auscultação da sociedade civil e das associações de municípios e de freguesias, que o nosso partido faz, ao contrário do PS que está fechado sobre si mesmo», sublinhou, fazendo referência aos pareceres da ANMP e da ANAFRE, que são contrários às propostas que estavam em discussão na Assembleia da República.

Jantar-Convívio reúne quase dois mil militantes e simpatizantes

A passagem dos dirigentes nacionais do PSD pelo Minho terminou em Vila Verde, num jantar-convívio com mil e oitocentos militantes, onde Luís Filipe Menezes voltou a criticar o PS e a apresentar-se como alternativa para governar o país.

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes garantiu na ocasião que o acordo com o PS para a nova lei eleitoral autárquica será mantido, mas exigiu que os presidentes das freguesias possam votar os orçamentos municipais.

«Haverá nova lei! Mas o PSD tem de ouvir a voz dos cinco mil portugueses que exercem responsabilidades nas juntas de freguesia, do PCP ao CDS/PP, que querem continuar a votar os orçamentos municipais», afirmou, negando ter havido quebra de compromisso com o PS, por parte dos social-democratas.

Luís Filipe Menezes disse também que não fechará os ouvidos aos apelos dos presidentes das juntas de freguesia, garantindo que «o PSD cumprirá, como sempre o fez, os compromissos que assume».

O líder do PSD dirigiu fortes críticas ao PS e ao Governo, rejeitando, de forma especial, a acusação feita pelos socialistas de que «está sempre» a mudar de posição.

«Quem muda de posição quase todos os dias é o Primeiro-Ministro, como se viu na OTA, na nova ponte sobre o Tejo e, recentemente, na saída do ex-ministro da Saúde», afirmou, dizendo que o PS devia «ter vergonha» de andar a caluniar, difamar e denegrir os social-democratas.

O líder social-democrata garantiu que se o PSD ganhar as eleições irá reabrir os serviços públicos que o actual Governo encerrou, nomeadamente os serviços de urgência e de saúde, as escolas e os postos da PSP e da GNR.

Este jantar contou ainda com as intervenções do líder da Concelhia do PSD de Vila Verde, Manuel Nogueira, do Presidente da Câmara Local e Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Braga, José Manuel Fernandes, do Presidente da JSD Nacional, Pedro Rodrigues, e do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes.

A anteceder a intervenção de Menezes, Santana Lopes falou na actividade parlamentar do PSD, nomeadamente no que toca a iniciativas para impedir a desertificação do interior, para apoio às micro-empresas, no arrendamento e na criação de uma comissão de inquérito parlamentar à actuação dos órgãos de supervisão, no chamado caso BCP.

Santana Lopes acusou o primeiro-ministro, José Sócrates, de “andar nervoso” e frisou que no parlamento este respondeu com “insultos” a uma pergunta que lhe colocou, mas foi “todo sorrisos” quando a mesma questão lhe foi colocada por um jornalista na televisão. – **Do nosso correspondente em Braga, Ricardo Rio; fotos A. Teixeira, Lusa, CPS/Braga**

Ainda a auditoria às contas do Partido

O PSD esclareceu que a auditoria às contas do partido pretende demonstrar com “a maior transparência” a inexistência de irregularidades, manifestando a convicção que os anteriores responsáveis terão atendido aos princípios de “boa-fé e critérios de boa gestão”.

Numa nota de “esclarecimento” enviada à comunicação social, a direcção

do PSD recorda a recente condenação dos sociais-democratas por “incumprimento da lei de financiamento dos partidos”, a primeira na “história da democracia” portuguesa.

“Ignorar esta mácula no Partido (...) seria não compreender que a relação dos partidos políticos com o seu eleitorado, e com os seus militantes, é uma relação da mais elementar confiança”, lê-se no comunicado.

Na terça-feira, o Tribunal Constitucional condenou o PSD a pagar uma coima de 35 mil euros por ter recebido ilegalmente da construtora Somague um donativo indirecto de 233.415 euros, valor que terá que entregar ao Estado.

No mesmo dia, o secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, anunciou que a direcção social-democrata decidiu realizar uma auditoria administrativa e financeira às contas do partido desde 2001.

“Muito por força desta situação a direcção decidiu hoje mesmo realizar de imediato uma auditoria administrativa e financeira às contas do PSD desde o ano de 2001 por uma entidade externa e independente”, afirmou o secretário-geral do PSD.

No dia seguinte, o presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, demarcou a sua liderança da ilegalidade financeira cometida em 2001, quando Durão Barroso estava à frente do partido.

“Independentemente de o PSD ser só um, este meu PSD não tem nada a ver



com isso”, declarou Luís Filipe Menezes.

Hoje, em comunicado, a direcção do PSD sublinha que o partido “tem que fazer tudo ao seu alcance para comprovar a sua idoneidade e credibilidade”.

“O PSD, que pugna pelo rigor e pela transparência, não pode admitir que se mantenha uma sombra de suspeição intolerável num partido que, cada vez mais, se quer aberto à sociedade e participado por todos”, é ainda referido.

Na nota, lê-se também que o actual líder do PSD, Luís Filipe Menezes e a sua comissão política “**é herdeira e solidária com todas as gestões anteriores e está convicta de que todas terão gerido e conduzido os destinos financeiros, administrativos e patrimoniais do Partido atendendo aos princípios da boa-fé e a critérios de boa gestão**”.

Contudo, é acrescentado, só agora o PSD foi condenado ao pagamento de uma coima de 35 mil euros, bem como à devolução ao Estado de 233 mil e 415 euros decorrente do incumprimento da lei de financiamento dos partidos, relativo às Autárquicas de 2001, ou seja, 7 anos após os factos em causa.

“É a primeira vez que tal decisão é tomada relativamente a um partido político. A auditoria administrativa e financeira que o PSD irá adjudicar a uma entidade externa e independente é pedida justamente com o propósito de demonstrar, com a maior transparência possível, de que não existem irregularidades nas contas do PSD”, é ainda explicado no comunicado.

A direcção do PSD assinala ainda que este tipo de auditoria, que nunca foi feita no partido, irá também verificar procedimentos e servirá para “melhorar todos os procedimentos de gestão, caso essa necessidade se verifique, e para otimizar e adequar a gestão administrativa, financeira e patrimonial à actual legislação em vigor”.

Entretanto, os três últimos secretários-gerais do PSD garantiram à Lusa a transparência das contas do partido, lembrando que estas já foram auditadas por entidades externas e internas.

No entanto, José Luís Arnaut, Miguel Relvas e Miguel Macedo não colocam objecções à decisão de realizar uma auditoria. – **Fonte: Lusa, GP/PSD**

PSD considera impossível apoiar alguns aspectos do Mapa Judiciário proposto pelo PS, no âmbito do pacto de Justiça

No dia 19 de Fevereiro, terça-feira da semana passada, a Comissão Política nacional reuniu para abordar a execução actual e futura do Pacto de Justiça



assinado com o PS e o líder do nosso Partido, Luís Filipe Menezes, teve ocasião de fazer uma comunicação à Informação, do seguinte teor:

A Comissão Política Nacional do PSD reuniu hoje, e o tema principal dessa reunião foi a forma como vê a execução do Pacto de Justiça e ainda como aborda a questão dos diplomas que ainda não foram discutidos ou aprovados no âmbito desse Pacto de Justiça.

O PSD celebrou com o PS um acordo que aponta para a elaboração e aprovação de nove diplomas ligados a aspectos fundamentais da nossa arquitectura judiciária, dos quais seis foram aprovados e um sétimo aprovado na generalidade. Contamos assim o Código Penal, a Mediação Penal, A reforma dos Recursos Cíveis, e outros que todos conhecemos.

Falta aprovar o Mapa Judiciário e o novo estatuto dos Magistrados.

Em relação ao Mapa Judiciário, o PSD, embora respeitando o acordo anterior, bem como algumas divergências pontuais que não pode votar no Parlamento, não abandonará tudo aquilo que aprovou de uma forma livre e consensual no passado recente. No entanto, em relação ao futuro, o PSD, reservará o seu acordo a diplomas e alterações legislativas que venham de encontro à nossa filosofia de fundo, à forma como Portugal deve ser reformado e modernizado.

Isto, em todas as áreas. E nesta área, em relação ao mapa judiciário, nós não vamos poder aprovar e apoiar a proposta do Governo, porque achamos que esta proposta está imbuída de um espírito semelhante ao que tem caracterizado outras propostas do Governo, por exemplo, na Saúde, na Educação, na Segurança Interna, na forma como tem sido organizados e reformados os órgãos internos da Administração e que, no nosso entender, caracterizam uma política de abandono do interior do território, deixando uma parte substancial do mesmo sem a presença do Estão, sem a presença dos serviços públicos.

Fundamentalmente, nesta área da Justiça, seria o último dos recuos. Porque, depois de saírem equipamentos de Saúde, equipamentos de Educação, depois de saírem vários órgãos descentralizados de vários órgãos de Administração, depois de saírem forças de segurança, o abandono por parte dos tribunais, seria a última machadada na esperança de virmos a interromper o processo de abandono do interior do País e interior, aqui, significa – na forma como olhamos o todo nacional – à volta de 2/3 do mesmo!

Existem, obviamente, outras questões de ordem factual, mais ligados ao corpo do diploma, das quais discordamos. Havia uma vontade subjacente, que nós não



podemos sufragar, de centralizar a escolha os administradores de comarca, havia uma passagem de responsabilidades inaceitável, para as autarquias respeito a bens e equipamentos, que nos impossibilitaria de dar o nosso acordo a esta proposta.

Finalmente e obviamente, o PSD tem um pensamento alternativo.

Esse pensamento alternativo passa por não tocar na estrutura das 331 comarcas que existem no País. Sob proposta do Governo, elas passavam a 35 e essa alteração passava por ser o Governo a escolher os juizes para essas comarcas que restariam ou passariam a existir. Estamos aqui perante uma situação de passagem de cheque em branco ao Governo, o que é inaceitável.

A nossa posição é não tocar na estrutura existente, considerando que a abordagem do problema se deve fazer de outra perspectiva, quer no que diz respeito aos recursos humanos, especificamente aos magistrados, mas também de recursos técnicos e administrativos e ainda na mudança de uma filosófica de gestão nos equipamentos colocados ao serviço dos tribunais.

Sabemos que existem algumas comarcas nas quais o movimento é reduzido! Mas isso não impede que existam tribunais de proximidade, que tenham uma outra dimensão na hierarquia do Mapa Judiciário, não possam fazer deslocar recursos técnicos e administrativos, para que aquela comarca não perca a possibilidade de ter, “in loco” a possibilidade de corresponder às necessidades dos cidadãos de ter a Justiça próxima deles. Este é um caminho diverso daquele que é apontado no diploma do Governo, que configura preocupações primariamente economicistas e que, na prática, significaria o abandono de uma parte substancial do território. E nós sabemos que em muitas zonas do País já se faz sentir o fenómeno de muitas continuarem a existir à custa de microeconomias que funcionam à volta da presença da administração pública.

O abandono da administração pública séria, nesta altura, a machadada final na sobrevivência de algumas microeconomias de subsistência, que são a única esperança de poder haver, no futuro próximo, a inversão do processo de desertificação e definhamento, do ponto de vista sócio-económico, de uma parte substancial do território nacional.

É esta a parte fundamental que vos queria transmitir e decorre da reunião da Comissão política nacional em curso. – **Povo Livre**

O Presidente na «Zona J» de Chelas, vê o “País Real”, no 3º aniversário do Governo Sócrates

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, visitou no dia 20 a Zona J de Chelas, em Lisboa, para mostrar o que considera ser o “País real” três anos depois de José Sócrates ter ganho as legislativas.

Luís Filipe Menezes disse aos jornalistas querer mostrar o contraste entre “o país real, em que 80 por cento da população, face à inexistência de uma classe média, está a caminhar para uma lógica de sobrevivência” e “o país das maravilhas” de que fala o primeiro-ministro.

“É para esse “país das maravilhas, dos poderosos, que governa José Sócrates”, acusou, enquanto “os portugueses reais vivem numa situação difícil”.

O presidente do PSD considerou “confrangedor” o discurso do primeiro-ministro sobre o País, na entrevista à SIC de segunda-feira à noite, a que se referiu como “um magnífico tempo de antena que lhe foi concedido”.

“Eu pensava que até era proibido ter tempos de antena tão longos em Portugal fora do contexto de campanhas eleitorais”, observou.

Segundo Menezes, o retrato de Sócrates foi “de um país como a Dinamarca, a Finlândia, a Suécia, nada tem a ver com Portugal”, que afirmou estar “a decrescer em termos de desenvolvimento”, afastando-se da União Europeia.





No país real “vivem portugueses no limiar da pobreza, vivem portugueses desempregados, vivem portugueses na rua” e os que têm emprego “perdem qualidade no emprego porque todos os dias o seu poder aquisitivo é menor”, descreveu.

“A qualidade de vida tem-se deteriorado de forma muito grave”, disse Menezes. O presidente onde ouviu queixas de moradores e disse que os vereadores do nosso partido têm que visitar e conhecer os problemas de locais como aquele.

“Os senhores vereadores do PSD têm que vir ver isto e depois suscitarem questões. É isso que têm que fazer”, comentou Luís Filipe Menezes para a comitiva que o acompanhava, que não incluía nenhum vereador de Lisboa.

“Nós infelizmente não podemos. Temos os nossos agentes na câmara. É preciso procurar ajudar as pessoas. A junta também pode procurar dar um empurrãozinho”, acrescentou.

O comentário do presidente do PSD foi feito depois de ouvir um morador queixar-se da sua situação e de que “os da junta de freguesia passam aqui à porta e ignoram”.

Apontando o perigo de os bairros sociais se transformarem em “verdadeiras bombas relógio, Luís Filipe Menezes insistiu na ideia de um “Polis social”, que defendeu no início do mês, durante um encontro com as distritais do PSD, na Régua.

Esse programa “seria o Estado assumir aquilo que pediu às autarquias, que foi o investimento para a aquisição dos edifícios [de habitação social] e da sua construção e, em contrapartida, as autarquias definirem projectos de investimento em creches, em escolas, em lojas sociais do cidadão, no combate à toxic dependência, na promoção da segurança”, expôs.

Na visita à Zona J, Menezes ouviu sucessivas queixas. Um dos casos foi o de uma mulher que lhe disse morar na rua há três semanas com os filhos, junto a um dos prédios, e lhe mostrou a habitação improvisada encostada a um dos prédios. O presidente prometeu “fazer o possível para poder ajudar”.

Luís Filipe Menezes ouviu também cantar o fado e jogou às cartas numa das mesas à entrada do centro de dia uma partida de sueca em que começou por desconfiar que “foi o engenheiro Sócrates quem baralhou isto”.

Quando um dos adversários o avisou que ia perder, Menezes respondeu: “Infeliz ao jogo, feliz aos amores”. Depois, acabou por ganhar o jogo. – **Fontes: Lusa, DN, TSF, coord e fotos PL, A. Teixeira**

Presidente da Associação Nacional de Freguesias, congratula-se com a “sensibilidade demonstrada pelo líder do PSD”

O presidente da Associação Nacional de Freguesias, Armando Vieira, congratula-se com a “sensibilidade demonstrada pelo líder do PSD” ao defender que a revisão eleitoral autárquica deve resultar de um consenso com pequenos partidos e municípios.

“Congratulo-me por isso. É uma dupla satisfação para mim, em primeiro lugar por ser presidente da ANAFRE e em segundo como militante do PSD”, disse à agência Lusa Armando Vieira, salientando que é uma atitude de bom senso”.

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, defendeu terça-feira que a revisão da lei eleitoral autárquica deve resultar de um consenso não só com o PS, mas alargado a outros partidos, como o PCP e o BE, e aos municípios e representantes das freguesias.

Na opinião do presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a posição de Luís Filipe Menezes é sensata e vai na linha do que a associação tem defendido nas audiências que teve com diversas personalidades e com os grupos parlamentares.

“Consideramos [ANAFRE] que não fomos ouvidos sobre a pretensa reforma de uma lei que é uma agressão gratuita, sem vantagens, nem ganhos do ponto de vista das freguesias”, salientou Armando Vieira.

O responsável entende que a “reforma a acontecer deve ser integrada num conjunto mais vasto de reformas”.

Armando Vieira adiantou ainda que a ANAFRE, tal como sempre tem feito, está disponível para participar em tudo activamente.

O presidente do PSD disse terça-feira em conferência de imprensa que a ideia

é tentar um consenso em que estejam presentes propostas de pequenos partidos, Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da ANAFRE.

“Desejamos que não prevaleça nem a posição do PS, nem a do PSD, mas que se compagine a posição do PS com a do PSD, com a da ANMP, com a de pequenos partidos, nomeadamente o PCP”, disse.

Questionado pelos jornalistas, Menezes não esclareceu se o PSD condiciona a revisão da lei ao direito de voto aos presidentes de junta em relação aos planos e orçamentos municipais, como declarou domingo.

O projecto do PS e do PSD de lei eleitoral das autarquias, aprovado na generalidade em Janeiro, retira o direito de voto aos presidentes de junta nesses casos.

Os autarcas de freguesia contestam a perda de direito de voto, em sede de Assembleia Municipal, sobre as opções do plano de propostas de orçamento das câmaras municipais - que passariam apenas a ser votados pelos membros eleitos directamente -, embora sejam chamados a viabilizar empréstimos. - **Lusa**

Reunião em Alvaiázere, no passado dia 16 (Informação da CPS)

Paulo Morgado refere que Salazar era um “aprendiz de ditador ao pé de José Sócrates”

No passado dia 16 de Fevereiro realizou-se em Alvaiázere, distrito de Leiria, um jantar mais de 700 simpatizantes e militantes do PSD, que contou com a presença do Presidente do Partido, Luís Filipe Menezes, do presidente da Câmara local, Paulo Morgado, entre outros convidados.

Sala cheia para ouvir de uma forma entusiasta as palavras do presidente da CPS de Alvaiázere João Paulo Guerreiro que referiu ser uma honra e um grande desafio suceder ao seu Pai na liderança do PSD local. Apesar da sua juventude mostrou ser um político com visão e com uma estratégia bem definida para o futuro do Concelho. Já Fernando Marques presidente da Distrital, considerou que “é preciso que o PSD ganhe urgentemente as eleições” devido às políticas do Governo para os pequenos concelhos. Caso a política do PS continue, “só falta fechar os concelhos” mais pequenos e transformá-los num “deserto sem pessoas e com apenas alguns pontos turísticos”, afirmou Fernando Marques.

O Edil Paulo Morgado referiu que António Oliveira Salazar era um aprendiz de ditador ao pé de José Sócrates”, “Vejo nele um ditador prepotente” que promove um “regime controleiro” da comunicação social e um “ataque cerrado ao poder autárquico”, disse o autarca, considerando que os socialistas “sabem bem é fazer marketing político”. “O poder autárquico é o bode expiatório de tudo o que há de mal no nosso país” e, em cada dia que passa, “fazemos mais e menos” mas está-se a chegar ao “limite do insuportável e do insustentável”.

O Governo, “dia após dia, tem encerrado escolas, finanças, postos da PSP e da GNR” e “não tarda muito, encerra-se o país”, acusou Paulo Morgado que contesta a “obsessão pelo défice” por parte do Executivo, com um “autismo” em relação às necessidades dos cidadãos.

O presidente da Câmara de Alvaiázere criticou também os atrasos na “implementação do QREN. Paulo Morgado revelou ter apresentado um projecto para a “construção de um novo centro de saúde” no concelho mas a Administração Regional de Saúde informou que as verbas do QREN para a saúde “estavam já esgotadas” com apenas duas obras: o “novo hospital pediátrico de Coimbra e o hospital da Guarda”. Não criticou a sua implementação mas mostrou reservas quanto à limitação dos apoios para outros projectos na área da saúde.

Já Luís Filipe Menezes classificou as autarquias de “grande reduto de resistência social-democrata” e diz ser “fundamental fazer do prestígio dos nossos presidentes de Câmara o grande patamar para ganhar o Governo de Portugal” e em Alvaiázere “temos um excelente exemplo de como deve ser exercido o poder social-democrata”.

Paulo Morgado é para Luís Filipe Menezes um “jovem presidente muito qualificado que ficará por muitos e bons anos à frente dos destinos de Alvaiázere”

Luís Filipe Menezes afirmou que o PSD terá políticas coerentes” e “não fechará mais nenhum serviço público durante a sua legislatura” no interior do país, prometeu Luís Filipe Menezes, que contestou a política do Governo em relação aos pequenos municípios. “Manter o Estado social é difícil mas conosco não haverá este ataque ao Serviço Nacional de Saúde: eles dizem-se de esquerda mas nós somos sociais-democratas e queremos uma saúde e uma educação acessível para todos os que paguem impostos”, afirmou Menezes, acusando o PS de ter promovido “uma política de abandono do território nacional, desistindo de dois terços de Portugal”.

“Depois de atacar os serviços de segurança, educação, finanças e saúde, (o Governo) prepara-se para retirar o último elo de soberania que são os tribunais e as comarcas”, disse Luís Filipe Menezes, que chumbará o novo mapa judiciário caso o de Sócrates não apresente a lista de juízos a encerrar “Se não nos der essa lista não há mais pacto de justiça, não há mais acordos

Para o ano “o PS terá governado 12 anos e meio o país” e os primeiros anos “em tempo de vacas gordas” e com o “apoio institucional de presidentes da República”.

Nós, nas últimas eleições “governámos em cima do pântano que o engenheiro Sócrates e engenheiro Guterres nos haviam deixado” e “não com uma maioria absoluta mas com um governo de coligação”.

Agora, “temos um primeiro-ministro que violou pela primeira vez o compromisso moral” das promessas eleitorais, afirmou Luís Filipe Menezes. - **CPS de Alvaiázere, Mário Bruno Tiago Gomes**



Santana Lopes, reiterou hoje consonância de posições com o presidente do Partido e a liderança única e forte de Filipe Menezes



O líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, reiterou hoje consonância de posições com o presidente do partido, Luis Filipe Menezes, disse que vozes discordantes fazem parte da história do PSD, mas deixou a advertência de que “convém não exagerar”.

“Poderá haver no partido pessoas que discordem, mas entre a direcção do partido e a direcção parlamentar não há, de todo, cisões”, disse Santana Lopes à agência Lusa, rejeitando a existência de cisões na liderança do PSD provocadas pelos diferendos sobre os acordos com o PS, nomeadamente no caso do pacto de justiça e da legislação autárquica.

Santana Lopes afirmou que a relação do grupo parlamentar com o presidente do partido “tem sido exemplar, que é como tem de ser. Há um líder do partido e há uma direcção parlamentar, que com certeza tem o seu estatuto próprio, mas esse estatuto é, e tem de ser, em consonância com o líder do partido”.

Admitindo que vozes discordantes criam instabilidade interna no PSD, Santana Lopes desvalorizou afirmando que “a história do partido é essa, por vezes parece que o partido já não saberia viver de outra maneira”, mas deixou no ar uma advertência a essas vozes discordantes: “convém não exagerar”.

O presidente do grupo parlamentar social-democrata manifestou-se ainda esperançado na possibilidade de acordo com o PS na questão da legislação autárquica.

“Estamos a pedir a alteração de apenas dois pontos de muitos que estão envolvidos nesta legislação. Quero acreditar que ainda seja possível” disse Santana Lopes, adiantando que manteve sexta-feira passada uma conversa com o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, que “deixou alguma esperança, uma janela um pouco aberta para ser ainda possível ver a luz do acordo”.

“Por causa de os presidentes de junta poderem ter direito de voto no orçamento, deixam de o ter na formação do executivo, só por causa dessa alteração e por causa do aumento de poder da representação de quem fica na oposição - e nós somos o maior partido do poder local e estamos a defender quem fica na oposição -, acho que não é razão para todas as outras alterações já conseguidas irem borda fora”, adiantou.

Questionado sobre o impacto de uma ruptura com o PS na questão autárquica em futuros acordos, nomeadamente sobre a Lei Eleitoral, Santana Lopes afirmou que “se este acordo (sobre a legislação autárquica) se romper será muito difícil, para não dizer impossível, haver nesta legislatura um acordo sobre a Lei Eleitoral para a Assembleia da República”.

“Ao contrário, se conseguirmos concretizar (um acordo) para as autarquias, acho que ainda é possível fazê-lo para a Assembleia da República, embora estejamos cada vez mais próximos de eleições e perto de eleições é uma má altura para tomar decisões nestas matérias”, concluiu.

O presidente do grupo parlamentar garantiu também que não há dupla liderança no partido porque os sociais-democratas têm em Luís Filipe Menezes um líder forte “que sabe decidir”.

“Não é verdade que [o PSD] tenha dois líderes e nem acredito, nunca acreditei e continuo a não acreditar em lideranças partilhadas, em duplas lideranças” afirmou, em entrevista à TSF e ao Diário de Notícias.

“A liderança tem que o ser ou não é, portanto acho que quem está nas funções

que eu exerço tem que se remeter ao seu papel e deve respeitar o papel de quem lidera”, respondeu Pedro Santana Lopes quando confrontado com acusações feitas pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, de que o PSD tem dois líderes, mas não tem liderança.

Para Santana Lopes, o PSD tem em Luis Filipe Menezes um líder que “sabe comandar, sabe decidir”.

“Ele lidera, não estamos perante um líder fraco”, sublinhou.

Para refutar a acusação de uma liderança dividida, Santana Lopes adiantou ainda ter havido durante toda a última semana convergência da direcção do grupo parlamentar com o líder do partido no essencial das matérias debatidas - nomeadamente a lei da eleitoral autárquica, que está a gerar diferendo com o Partido Socialista - mas garantiu que se não tivesse sido o caso, a sua postura teria sido a de “respeitar a posição da direcção do partido e procurar dar execução”, excepção feita se se tratasse de uma matéria que violasse a sua consciência.

“Eu compreendi, nomeadamente na legislação eleitoral autárquica, as razões do doutor Luis Filipe Menezes, apesar de ao princípio ter ficado surpreendido, e digo surpreendido porque não contava que ele fizesse aquela declaração em Pombal, não sabia que ele a ia fazer, mas também não tenho de saber tudo o que ele vai dizer todos os dias”, sublinhou na entrevista gravada Sábado.

“Liderança dupla não há e eu não gostava nada de trabalhar com um líder que precisasse de mim para ajudar a liderar o partido”, acrescentou.

Luis Filipe Menezes ameaçou quebrar o acordo com o PS sobre a lei eleitoral autárquica se o projecto de lei conjunto não for alterado para que os presidentes de junta possam votar os planos e orçamentos municipais.

O líder parlamentar social-democrata acabou, no entanto, por admitir que os rumores sobre divergências com Luis Filipe Menezes partem muitas vezes de dentro do próprio PSD, lembrando um episódio em que correu, no partido e no Parlamento, o boato de ruptura entre os dois depois, de um almoço que teve de acabar mais cedo.

“A resposta é dar mais trabalho às pessoas, que é para elas terem menos tempo para inventarem essas interpretações”, sugeriu.

O Secretário-geral acusa Santos Silva de recorrer “habitualmente” à “baixa política”

Ribau Esteves, em Braga, acusou o ministro Santos Silva de recorrer habitualmente à “baixa política”.

Comentando a alegada ruptura, pelo PSD, de negociações com o PS afirmou que “Não há ruptura de negociações por parte do PSD, há sim um processo que foi seguido de audição da sociedade civil e das associações de municípios e de freguesias”, sublinhou, frisando que os pareceres da ANMP e da ANAFRE são contrários às propostas do PS que estavam em discussão sobre a eleição dos órgãos autárquicos.

Ribau Esteves, que falava à margem da tomada de posse dos órgãos da Comissão Política Distrital de Braga do PSD, reagiu a declarações do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, a quem acusou de recorrer habitualmente “à baixa política”.

“Esse senhor recorre sempre a métodos de baixa política, como aconteceu nas eleições presidenciais quando disse que a eleição de Cavaco Silva seria um golpe de estado”, afirmou.

Instado a comentar declarações elogiosas do autarca do Porto, a membros do actual Governo, o secretário-geral dos sociais-democratas disse que Rui Rio talvez devesse estar mais atento e não esquecer quem tão mal têm governado o País”.



Ex-Inspector-Geral dos Jogos confirma que desde o início o edifício do Casino seria propriedade da Estoril-Sol e, por lapso seu, não passou da minuta para p texto final!



O ex-ministro do PSD José Luís Arnaut confirmou, o dia 23, que a não-reversibilidade para o Estado do edifício do casino de Lisboa constava do texto inicial da proposta de diploma de concessão à Estoril-Sol.

“Nas negociações com a concessionária, esteve sempre presente a solução da não reversibilidade para o Estado do edifício no final da concessão, possibilidade legalmente admitida e que constava do texto do

anteprojecto inicial de diploma”, disse Arnaut numa nota de imprensa emitida a propósito de “declarações hoje publicadas na comunicação social”.

O semanário Sol publicou hoje uma entrevista com o ex-inspector-geral de jogos Joaquim Caldeira, que confirmou que a primeira minuta do diploma de concessão enviada à Inspeção-Geral de Jogos (IGJ) dizia expressamente que o edifício do casino não era reversível para o Estado e seria propriedade plena da Estoril-Sol no final do período de concessão.

O ex-inspector assumiu que se esta versão não ficou no texto final isso deveu-se a um lapso seu. Adiantou ainda que José Luís Arnaut, que era ministro-adjunto na altura, tratou directamente deste processo, desde o seu início.

Na nota de imprensa José Luís Arnaut esclarece que a não reversibilidade do casino para o Estado estava prevista porque “o Estado optou por não compartilhar nas despesas de construção, impondo antes que essa fosse uma responsabilidade exclusiva da concessionária”.

Arnaut diz ainda que apenas coordenou o processo na primeira fase, em que a negociação de contrapartidas para o Estado assumiu natureza transversal e envolvia vários departamentos governamentais.

“Estou seguro que neste processo defendemos, de forma adequada e intransigente, os interesses do Estado”, afirma, lembrando as contrapartidas negociadas com a concessionária (30 milhões de euros iniciais, para investir em bens culturais e desportivos, e a entrega anual de 50 por cento da receita bruta do casino).

Na segunda fase do processo (depois de excluída a localização do casino no Parque Mayer) as negociações decorreram ao nível do Ministério da Economia, através do secretário de Estado do Turismo, assegurou o ex-ministro adjunto de Durão Barroso.

Grupo Parlamentar não pode dar acordo à proposta de mapa judiciário “inaceitável” apresentada pelo Governo



Na quarta-feira, e um dia depois do líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, ter anunciado que é impossível chegar a um acordo com o executivo sobre o mapa judiciário, o ministro da Justiça garantiu que o Governo vai “levar por diante” a reforma do mapa judiciário e que este entrará em vigor nesta legislatura, com ou sem acordo do PSD.

Alberto Costa considerou que a posição assumida terça-feira pelo líder do PSD, Luís Filipe Menezes, surgiu “ao arrepio do acordo e sob falsos pretextos”.

Acusações, entretanto, já rejeitadas pelo vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva que garantiu que a posição do partido “pautou-se pelo interesse das populações, dos autarcas, do interesse dos portugueses que não vivem nos grandes centros ou nas cidades do litoral e que, mais uma vez, seriam prejudicadas”.

Em consonância com a liderança do PSD, Santana Lopes afirmou que os

sociais-democratas não podem dar o seu acordo à proposta de mapa judiciário “inaceitável” apresentada pelo Governo.

“Sobre o mapa judiciário, já tinha dito a semana passada que era uma proposta inaceitável”, afirmou Pedro Santana Lopes, em declarações aos jornalistas no Salão Nobre da Assembleia da República, minutos depois de um breve encontro com o líder parlamentar socialista, Alberto Martins.

Questionado sobre se isto significa o rompimento com o Governo nesta matéria, Santana Lopes disse não se tratar de “rompimento”.

“Não é uma questão de rompimento, mas de não aceitar”, sublinhou, considerando que o PSD não pode dar o seu acordo a uma proposta que “afecta gravemente o equilíbrio que existe hoje” no mapa judiciário.

“É um mapa judiciário sem mapa”, acrescentou.

Entre as questões que não mereceram o acordo dos sociais-democratas está a “redução de um número muito significativo de comarcas”, referiu o líder da bancada do PSD.

“As comarcas são importantes para cada terra, é quase uma questão de autonomia e tem implicação na vida prática das pessoas”, afirmou.

Por outro lado, acrescentou, a proposta atribui ao Governo a competência para delimitar os juízos de cada tribunal, entre outras.

“Assim, isso não é objecto de acordo agora, fica em suspenso, é remetido para mais tarde”, explicou.

Ainda de acordo com o líder da bancada social-democrata, esta posição já foi comunicada ao grupo parlamentar do PS, que, por seu lado, “transmitiu disponibilidade para trabalhar o texto apresentado pelo Governo”.

“Mas, quando dissemos as nossas objecções ao ministro da Justiça, ele disse que eram objecções inaceitáveis”, lembrou, considerando, por isso, muito pouco provável a existência de um acordo.

Contudo, continuou Santana Lopes, “se aparecer outra proposta de mapa judiciário” o PSD “não fechará a porta”.

“Não temos uma posição irredutível”, declarou.

Questionado sobre como fica a questão do pacto de Justiça, assinado entre PSD e PS em 2006, Santana Lopes recordou que “mais de dois terços já está cumprido”.

Instado a comentar o ‘clima de trabalho’ que existe hoje em dia entre sociais-democratas e socialistas em relação ao pacto, Santana Lopes negou a existência de um “clima mau”.

“Ainda há clima, não há um clima mau, negativo”, assegurou, admitindo, contudo, a existência de “dificuldades”.

PSD anunciou que vai impor a realização de um inquérito parlamentar à supervisão das actividades da Banca, da responsabilidade do Banco de Portugal

O PSD anunciou hoje que vai impor a realização de um inquérito parlamentar porque obteve “fortes indícios” de “falhas de supervisão” do sistema bancário e quer apurar se houve ou não “verdadeiras falhas”.

O anúncio foi feito em conferência de imprensa, no Parlamento, pelo vice-presidente da bancada do PSD Mário Patinha Antão, que não quis antecipar quem o partido quer ouvir na futura comissão de inquérito parlamentar.

O deputado também não precisou que “fortes indícios” de falhas de supervisão foram obtidos, nem em que momento o PSD concluiu justificar-se um inquérito parlamentar - que, com os seus 75 deputados, o partido pode impor, sem ficar dependente do voto da maioria em plenário.

“Vamos apresentar brevemente o conjunto de questões que constituirão o cerne da actuação da comissão de inquérito e divulgaremos que entidades, que personalidades devem ser ouvidas”, declarou.

De acordo com o PSD, “o âmbito desta iniciativa não colide nem perturba a realização dos inquéritos em curso e não põe em causa os deveres de sigilo”.

Patinha Antão abandonou a audição do ex-administrador do BCP Filipe Pinhal, pedida pelo PSD, para estar presente na conferência de imprensa em que anunciou a realização do inquérito.

“Pedimos licença ao nosso convidado para nos retirarmos porque convocámos uma conferência de imprensa, já está um pouco atrasada”, disse, a seguir a Filipe Pinhal ter respondido à primeira ronda de perguntas.

Na quarta-feira o líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, tinha declarado que a decisão do partido sobre o inquérito não estava ainda tomada e dependia dos esclarecimentos de Filipe Pinhal.

Contudo, no início da audição de Filipe Pinhal, Patinha Antão fez saber



que o PSD já tinha a sua decisão tomada.

Questionado sobre o motivo porque o PSD chamou Filipe Pinhal ao Parlamento nesse caso, Patinha Antão agradeceu a pergunta e respondeu que a audição “foi útil e relevante para uma parte da fundamentação” do inquérito.

“Ficou patente e notório, quando descreveu com todo o detalhe os passos dados para que não pudesse ser candidato à liderança de uma lista à administração do BCP, que houve uma actuação incorrecta e inadequada dos poderes de supervisão”, considerou o deputado do PSD.

O deputado referiu, também, que o que podia ser feito na comissão de Orçamento e Finanças “está esgotado”.

Questionado pela Lusa sobre o pedido do ex-presidente do conselho de administração do BCP Paulo Teixeira Pinto em ser ouvido no Parlamento, Patinha Antão disse que o gestor sê-lo-á, mas no âmbito do inquérito parlamentar.

Teixeira Pinto disse à agência Lusa que manifestou a sua disponibilidade e interesse em ser ouvido na Assembleia da República sobre a supervisão do sistema financeiro e as alegadas irregularidades no maior banco privado português.

O presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, Jorge Neto, confirmou esta informação no início da reunião de hoje para ouvir o também ex-presidente do Banco Comercial Português (Filipe Pinhal) sobre os mesmos assuntos.

Aos deputados, Jorge Neto disse que Teixeira Pinto telefonou-lhe ainda hoje e manifestou-se “não só disponível como interessado” em ser ouvido no Parlamento.

Paulo Teixeira Pinto disse que manifestou a sua disponibilidade e interesse ao presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, mas também ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Teixeira Pinto disse à Lusa que tomou a decisão de contactar Jorge Neto e Jaime Gama depois de o requerimento feito pelo PCP para que Teixeira Pinto e o fundador e ex-presidente do BCP Jorge Jardim Gonçalves ter sido chumbado, na terça-feira.

O PSD chumbou, a 20 de Fevereiro, as audições parlamentares dos antigos presidentes do BCP Jorge Jardim Gonçalves e Paulo Teixeira Pinto, depois de ter pedido e conseguido a audição do outro ex-presidente do banco, Filipe Pinhal.

As audições de Jardim Gonçalves e Teixeira Pinto foram rejeitadas com os votos contra do PSD e a abstenção do PS.

Jardim Gonçalves foi fundador e o primeiro presidente do conselho de administração do BCP, cargo que ocupou desde 1985 e até ter sido substituído por Paulo Teixeira Pinto em 2005, mas manteve até final cargos ao mais alto nível, como presidente do Conselho Geral e de Supervisão, órgão de fiscalização do banco, e do Conselho Superior [de accionistas].

Teixeira Pinto foi primeiro secretário-geral da sociedade e depois presidente do conselho de administração durante mais de dois anos, o último dos quais marcado por um conflito interno que envolveu accionistas, administradores e quadros superiores do maior banco privado português.

Teixeira Pinto, que foi secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no último governo de Aníbal Cavaco Silva, abandonou o BCP em Agosto e foi substituído por Filipe Pinhal, que se manteve poucos meses na liderança do banco, apenas até 15 de Janeiro.

As audições têm como temas a supervisão do sistema financeiro e por causa de alegadas irregularidades em operações bancárias feitas pelo BCP, nomeadamente quando dos aumentos de capital de 2000 e 2001, não detectadas pelos reguladores.

Anteriormente, sobre os mesmos temas, foram ouvidos o governador do Banco de Portugal, o presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMMVM) e o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, que presidia à autoridade do mercado de capitais na altura em que se registaram as alegadas irregularidades no BCP.

Regime de incompatibilidades dos deputados

O líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, declarou que o anúncio que fez, de alterações ao regime de incompatibilidades dos deputados, foi um ponto de partida para uma reflexão sobre o assunto.

Na reunião do grupo parlamentar do PSD, anterior ao último debate com o primeiro-ministro, o assunto foi discutido, mas Pedro Santana Lopes não adiantou qual será o sentido das alterações que anunciou na semana passada, disseram à agência Lusa deputados presentes na reunião.

Por sua vez, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Hugo Velosa assegurou à agência Lusa que a direcção da bancada “não deixará de



forma alguma cair esta matéria”, mas vai trabalhar sem prazos nem pontos de chegada.

Segundo Hugo Velosa, o objectivo é “ver se há alguma coisa que esteja mal, quer no sentido de retirar, quer no sentido de aumentar [as incompatibilidades]”.

“Vamos cumprir o que foi dito, vamos trazer esta matéria a discussão, mas às vezes mais vale ter alguma sensatez em termos de tempo, em vez de resolver isto muito à pressa”, observou.

Hugo Velosa disse fazer parte dos deputados do PSD que, antes de se partir para qualquer proposta de alteração, vão iniciar “um levantamento” sobre o regime de incompatibilidades dos parlamentares, “não só de legislação, mas de factos que ocorreram”.

Questionado sobre o debate a que Pedro Santana Lopes se referiu na semana passada, Hugo Velosa respondeu que “para já não há nenhum debate agendado [sobre incompatibilidades dos deputados]”.

O anúncio de alterações ao regime de incompatibilidades pelo líder parlamentar do PSD foi feito na quinta-feira da semana passada, na sequência de uma notícia sobre a sua prestação de serviços de advocacia à empresa Globalia.

No mesmo dia, durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes anunciou a promoção de um debate sobre o assunto para esta semana.

Alterações que o PSD deseja para a lei eleitoral autárquica

O PSD quer fazer duas alterações ao projecto de lei eleitoral autárquica que aprovou em conjunto com o PS, sem as quais “será difícil” manter o acordo com os socialistas, anunciou o líder parlamentar social-democrata.

O PSD quer que os presidentes de junta possam votar os planos e orçamentos municipais e corrigir o número de membros da oposição presentes nos executivos



camarários, acrescentou Pedro Santana Lopes.

“Nestes dois pontos queremos uma correcção. Achamos que não é pedir muito”, concluiu Santana Lopes, que falava aos jornalistas no final da reunião semanal da bancada social-democrata.

Questionado se o PSD faz depender o acordo com o PS para revisão da lei eleitoral autárquica dessas duas alterações, o líder da bancada social-democrata respondeu: “Será difícil ser de outra maneira”.

Socialistas e sociais-democratas apresentaram em Dezembro um projecto conjunto de lei eleitoral das autarquias, subscrito, da parte do PSD, pelo líder parlamentar, Pedro Santana Lopes, e pelo deputado Luís Montenegro.

O diploma foi aprovado na generalidade em Janeiro apenas pelo PS e pelo PSD, com os votos contra das restantes forças políticas, e está neste momento em discussão na especialidade na Comissão de Assuntos Constitucionais.

No entanto, no domingo, o presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, prometeu quebrar o acordo com o PS se o projecto de lei conjunto não for alterado para que os presidentes de junta possam votar os planos e orçamentos municipais.

No início de Fevereiro, Santana Lopes tinha admitido fazer “retoques” na lei eleitoral das autarquias, desde que sem “desvirtuar o essencial” do diploma acordado com o PS.

“Quero que a reforma se faça”, frisou na altura aos jornalistas.

A lei eleitoral das autarquias só pode ser revista com o voto de dois terços dos deputados, o que com a actual composição do Parlamento implica um acordo entre o PS e o PSD ou entre o PS e todos os outros partidos.

Foi o Governo que não cumpriu o pacto de justiça no capítulo relativo ao mapa judiciário

O vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva rejeitou as acusações de populismo e considerou que foi o Governo que não cumpriu o pacto de justiça no capítulo relativo ao mapa judiciário.



“Não temos dúvida nenhuma sobre isso”, afirmou Rui Gomes da Silva, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

Segundo o vice-presidente social-democrata, no pacto de justiça, assinado em 2006 entre PSD, PS e Governo, “diz-se que a reforma do mapa judiciário terá de ter em conta a divisão que assenta nas comarcas”.

“Querer passar de 231 para 35 comarcas não é ter em atenção a actual divisão do mapa judiciário”, considerou Gomes da Silva.

“O Governo não está a cumprir o pacto e tem uma opção diferente da do PSD. Será livre de a tomar mas não conte com o PSD”, frisou.

O ministro da Justiça, Alberto Costa, garantiu hoje que o Governo vai “levar por diante” a reforma do mapa judiciário e que este entrará em vigor nesta legislatura, com ou sem acordo do PSD, um dia depois do líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, ter anunciado que é impossível chegar a acordo com o executivo sobre este ponto.

Alberto Costa considerou que a posição assumida terça-feira pelo líder do PSD, Luís Filipe Menezes, surgiu “ao arrepio do acordo e sob falsos pretextos”.

“Há uma distinção a fazer entre reformas e populismo”, disse Alberto Costa, sugerindo ainda que a falta de respeito pelo acordo resulta de “táctica eleitoral”.

Para Rui Gomes da Silva, o PSD não poderia concordar com um mapa com o qual “o Governo fará na justiça o que já fez na saúde: tirar peças importantes de ocupação do território, neste caso tribunais”.

“Rejeitamos totalmente a ideia de populismo, a posição do PSD pautou-se pelo interesse das populações, dos autarcas, do interesse dos portugueses que não vivem nos grandes centros ou nas cidades do litoral e que, mais uma vez, seriam prejudicadas”, disse.

O vice-presidente do PSD admitiu que, tal como diz o Governo, “fisicamente não vai fechar nenhum tribunal”.

“Mas vão deixar de existir todas as valências no mesmo local. Uma pessoa que viva em Bragança terá de se deslocar a uma ponta do distrito para tratar de uma questão de família e a outra ponta para uma questão de trabalho”, exemplificou.

“Num segundo momento, muitos portugueses deixarão de ter tribunal no seu concelho, uma vez que as 231 comarcas vão passar a 35”, acrescentou.

O acordo político-parlamentar entre PS e PSD para a reforma da Justiça previa que o mapa judiciário entrasse em vigor nesta legislatura em três das novas circunscrições: Baixo Vouga, Grande Lisboa/Noroeste e Alentejo Litoral.

O Deputado do PSD por Bragança, pede a reabertura da Maternidade de Mirandela

O deputado do PSD por Bragança Adão Silva disse ter escrito à ministra da Saúde a pedir a reabertura da maternidade de Mirandela depois de três partos em ambulâncias desde que ela encerrou há menos de ano e meio.

O último caso ocorreu na madrugada de 7 de Fevereiro, quando uma mulher de 32 anos, de Carrazeda de Ansiães, deu à luz numa ambulância a caminho da maternidade de Vila Real.

O parlamentar entende que “esta situação não teria ocorrido se a maternidade de Mirandela estivesse aberta”, pois fica a menos de metade da distância que esta grávida estava a fazer para ser assistida.

Desde que a sala de partos de Mirandela encerrou, em Setembro de 2006, que o distrito de Bragança dispõe apenas de uma maternidade, justamente em Bragança, no extremo norte da região e a mais de uma centena de quilómetros de parte significativa da população.

A proximidade geográfica tem levado algumas grávidas, sobretudo as de alguns concelhos do sul do Distrito, a optar pela maternidade de Vila Real, como era o caso do último parto numa ambulância.

Segundo dados divulgados segunda-feira pela sub-região de Saúde de Bragança, 70 por cento das parturientes do distrito escolheram em 2007 a maternidade de Bragança para dar à luz.

Mais de 27 por cento preferiu a maternidade do distrito vizinho de Vila Real

e ainda houve algumas parturientes que se deslocaram ao Porto para terem os filhos.

Desde que a maternidade de Mirandela encerrou, há cerca de um ano e meio, já nasceram, pelo menos, três crianças em ambulâncias, duas no IP4 a caminho de Via Real e a última numa estrada nacional no percurso para a mesma sala de partos.

Atendendo às distâncias, o deputado do PSD que foi secretário de Estado adjunto da Saúde, no Governo de Durão Barroso, escreveu à nova ministra a solicitar a reabertura da maternidade encerrada pelo antecessor Correia de Campos.

O deputado social democrata considera, na carta enviada a Ana Jorge, a maternidade de Mirandela “um suporte imprescindível às grávidas de todos os concelhos do sul do Distrito de Bragança, já que, após o seu encerramento, o número de partos realizados na maternidade de Bragança caiu drasticamente, o que revela o quanto a tomada desta medida foi incorrecta”.

Segundo os dados divulgados, segunda-feira pela sub-região de Saúde de Bragança, em 2007 nasceram 835 crianças no Distrito, menos 100 que em 2006.

Estes dados acentuam a tendência de decréscimo de nascimentos na região, sendo que o número de partos de 2007 é o mais baixo dos últimos cinco anos no Nordeste Transmontano.

O deputado pede também à ministra da Saúde a reabertura dos SAP nos concelhos do sul da região, embora no distrito de Bragança todos os centros de saúde mantenham o serviço nocturno, com médico à chamada, no âmbito de um regime de excepção criado por Correia de Campos, atendendo às especificidades da região.

Este regime vigorará até a região estar coberta por uma rede eficaz de assistência pré-hospitalar, que actualmente dispõe de uma VMER (Viatura de Médica de Emergência e Reanimação) em Bragança, uma ambulância SIV (Suporte Intermédio de Vida) em Mirandela e duas ambulâncias de suporte básico de vida (SBV) que servem os concelhos do sul do Distrito.

“Melhorar e agilizar a rede de Emergência pré-hospitalar a fim de constituir um verdadeiro suporte de vida para estas populações, já de si tão carenciadas”, é outra das solicitações do deputado, à ministra Ana Jorge.



Debate parlamentar sobre arrendamento

O PSD agendou um debate parlamentar sobre arrendamento para confrontar o Governo com “um balanço muito negativo” do novo regime, em vigor desde 2006, disse à agência Lusa o social-democrata Hugo Velosa.



“Vamos fazer um balanço sobre o novo regime de arrendamento, para nós é um balanço muito negativo. Queremos ouvir o Governo sobre os maus resultados”, declarou o deputado do PSD.

Questionado pela agência Lusa se o PSD vai propor alguma alteração legislativa sobre esta matéria, Hugo Velosa respondeu: “Para já, queremos fazer a discussão. Obviamente e claramente a nossa intenção é apresentar posteriormente projectos”.

“Defendemos o anterior modelo, de 2004, que nunca entrou em vigor, não necessariamente ‘ipsis verbis’. Esse modelo teria melhores efeitos práticos do que este, que é burocrático e administrativo e não tem dado soluções aos problemas”, acrescentou.

De acordo com o vice-presidente da bancada do PSD, o novo regime de arrendamento urbano (NRAU) aprovado pelo Governo socialista “não está a atingir os objectivos, designadamente quanto às rendas mais antigas e os imóveis mais degradados, não resolve essas situações”.

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e actual responsável do PSD, Martins da Cruz, manifestou hoje o desejo de que os novos dirigentes de Cuba saibam “abrir caminho a novas expressões de democracia e liberdade”.

Fidel Castro renunciou à Presidência do Conselho de Estado de Cuba,



anunciou hoje o diário oficial Granma na sua edição online.

“Não aspiro, nem aceitarei - repito - não aspiro, nem aceitarei o cargo de Presidente do Conselho de Estado e de comandante-em-chefe”, escreveu Fidel Castro, 81 anos, afastado oficialmente do poder há cerca de 19 meses, devido a doença.

Para o presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD, “Fidel Castro fez aquilo que devia fazer, ou seja, deixar as funções para as quais manifestamente não tinha condições de saúde”.

“É um ciclo da história de Cuba que passa, e esperemos que o novo ciclo permita um regresso ao respeito dos valores democráticos, da liberdade e da protecção dos Direitos do Homem”, afirmou Martins da Cruz, em declarações à agência Lusa.

“Portugal tem um relacionamento com Cuba no quadro Ibero-americano em cujas cimeiras anuais participam geralmente os chefes de Estado e de governo de Portugal e de Cuba, para além de relações no âmbito bilateral”, adiantou.

“Essas relações sempre se desenvolveram com normalidade, tendo sempre Portugal, no entanto, e sobretudo no quadro da União Europeia, manifestado a sua preocupação pelas violações dos direitos humanos em Cuba”, frisou Martins da Cruz.

Fidel Castro - disse - “foi uma figura política que marcou a segunda metade do século XX, mas manifestamente nunca soube adaptar-se à queda do Muro de Berlim e à implosão da União Soviética, que foi sempre para ele uma referência”.

“Por isso, esperamos que os novos dirigentes saibam abrir caminho a expressões da democracia e de liberdade em Cuba”, disse o responsável do PSD.



Zita Seabra comenta a entrevista de Sócrates, no 3º ano de mandato

A vice-presidente do PSD, Zita Seabra, considerou que foi um primeiro-ministro “tristonho, sem chama, derrotado”, que deu uma entrevista à SIC quando se assinalam três anos da actual legislatura.

Zita Seabra reagia assim à entrevista a José Sócrates feita em parceria entre a SIC e o jornal Expresso em que o primeiro-ministro abordou, durante 50 minutos os temas da Economia, Saúde, Educação e Política.

Antes de comentar brevemente a entrevista do primeiro-ministro, Zita Seabra fez questão de expressar a sua

indignação por José Sócrates na entrevista não ter tido uma palavra para os problemas dos temporais que assolaram hoje a área metropolitana de Lisboa, em particular na zona de Setúbal.

“É absolutamente chocante”, disse.

De acordo com Zita Seabra, o primeiro-ministro tentou fazer “malabarismos” com os números ao garantir que serão criados até ao final da legislatura os 150 mil postos de trabalho prometidos em campanha eleitoral.

Questionada, Zita Seabra não comentou directamente o alegado “tabu” de Sócrates sobre uma eventual recandidatura ao cargo de primeiro-ministro, preferindo exortar o primeiro-ministro a “reflectir na [sua] incapacidade” de responder aos problemas do país.

A vice-presidente do PSD afirmou ainda que o Partido Social-Democrata está “disponível” para discutir com José Sócrates os problemas do país.

Na mesma ocasião, Zita Seabra lembrou as queixas que ouviu do Conservatório de Lisboa, contra o fim do regime supletivo no ensino artístico especializado e comprometeu-se a revogar as leis que forem aprovadas neste

sentido caso o PSD seja Governo.

“É uma situação de grande gravidade”, considerou Zita Seabra, que visitou o conservatório acompanhada do também deputado social-democrata José Manuel Canavarro.

“A ideia de criar um sistema integrado de música em todas as escolas do país parece-nos importante, não temos nada contra, mas não acatamos uma reforma que líquida o ensino mais especializado que é feito nos conservatórios”, disse Zita Seabra.

“Viemos aqui assumir um compromisso muito claro: opomo-nos a esta reforma dos conservatórios e, se o PS não recuar, sendo nós Governo revogaremos toda a legislação que for entretanto feita e com a qual os conservatórios não concordarem”, afirmou.

Zita Seabra relembra ainda que a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, já disse que o Conservatório de Lisboa ia mudar de instalações “mas ainda não disse o que vai fazer nem onde vai ficar”.

Alunos, pais e professores do Conservatório de Lisboa têm-se manifestado publicamente para exigir a manutenção dos cursos de iniciação musical, bem como dos regimes supletivo e articulado, que permitem ao aluno ter formação especializada no conservatório e formação geral noutra escola.

No âmbito da reforma do ensino artístico especializado, o Governo está a ponderar impedir as escolas públicas especializadas de música de dar aulas ao 1º ciclo e de tornar obrigatório o regime integrado nestas escolas, que seriam obrigadas a ministrar formação geral (como em qualquer escola) e especializada (artística).

O Governo pretende assim acabar com o chamado regime de ensino supletivo, que permite aos alunos frequentar as disciplinas musicais no Conservatório e as do ensino geral numa escola à sua escolha.

A reforma surge com o intuito de, segundo o Ministério da Educação, “democratizar” o ensino da música, tornando-o acessível a mais jovens.

Como digitalizar processos de contra-ordenação, com metade da GNR sem Internet?

O deputado do PSD Fernando Santos Pereira perguntou ao Governo como vai impor a digitalização dos processos de contra-ordenações prevista na revisão do Código da Estrada com metade dos postos da GNR sem Internet.

Num requerimento dirigido ao Ministério da Administração Interna, entregue no Parlamento, o social-democrata afirma que “do que se conhece da realidade, mais de metade dos postos da GNR em Portugal não tem ligação à Internet”.

Esse facto “não deixa de ser escandaloso no país do tão propagandeado ‘choque tecnológico’”, observa.

O deputado do PSD refere que a proposta que autoriza o Governo a rever o Código da Estrada, aprovada hoje no Parlamento, prevê “que o processo contra-ordenacional rodoviário passe a ser executado em suporte digital”.

“Com esta carência de meios [na GNR] provocada pela falta de atenção do Governo existirão muitas dificuldades na aplicação eficaz das alterações ao Código”, antecipa Santos Pereira, perguntando depois ao executivo se concorda ou não com a sua opinião.

Insistindo que “esta alteração ao Código da Estrada fica debilitada se o Governo não disponibilizar a ligação à Internet de toda a GNR”, o deputado exige saber quando é isso vai acontecer.

Fernando Santos Pereira ressalva que ao questionar a preparação da GNR para os novos procedimentos não está a “pôr em causa os benefícios que essa mudança pode trazer”.

O Governo deve “apurar a realidade” e “as condições de operacionalidade que são disponibilizadas pelo Governo à GNR”, recomenda, pedindo ao executivo que precise “quantos postos da GNR têm Internet em Portugal” e “quais os postos que não dispõem de Internet”. – **Fontes: Lusa, JN, Expresso.**

Fotos: Arquivo PL



Intervenção José Luís Arnault

Senhor presidente
Senhores membros do governo
Senhoras e senhores deputados

Para quem exerce funções políticas a preocupação com o bem de Portugal e dos portugueses tem de ser a referência central da sua acção.

Por isso mesmo, ser-me-ia especialmente grato poder estar aqui hoje a congratular o governo pelo sucesso da legislação sobre arrendamento cuja aprovação por esta assembleia impôs em finais de 2005.

Infelizmente não o posso fazer. E não o posso fazer porque a realidade dos factos a isso me impede.

De facto, aquilo a que o executivo pomposamente chamou a reforma do arrendamento urbano é, como está à vista de todos, um logro e um fracasso.

E também revela com clareza o estilo de acção deste governo, para quem o que importa é agitar as águas, dar a ideia de que se faz, mas não resolver em concreto as questões estruturantes que à sua frente se colocam.

E não foi por falta de aviso que a política de arrendamento deste governo se revelou um fracasso.

Como todos nesta câmara recordamos, no debate realizado há pouco mais de dois anos, o PSD deixou claro que o caminho seguido só podia originar o fracasso que se regista.

O governo porém, com a arrogância que tanto o caracteriza, preferiu insistir no erro. E, por causa disso, mais dois anos se perderam até agora e sabe-se lá mais quantos a sua teimosia levará a perder mais.



Senhor presidente
Senhoras e senhores deputados

Vale a pena recordar agora que, na intervenção que dirigiu a esta câmara em 20 de outubro de 2005, o senhor secretário de estado Eduardo Cabrita definiu para a legislação sobre o arrendamento urbano quatro objectivos fundamentais:

- assegurar o direito à habitação e a renovação urbana;
- dinamizar o mercado, através da oferta de imóveis para arrendamento, da mobilidade e da promoção do acesso das famílias a esse mercado;
- propiciar a actualização gradual das rendas sujeitas a congelamento;
- abrir o caminho para uma nova política para as cidades, para a requalificação urbana e para o reequilíbrio das prioridades do sector da construção para a habitação.

Saltava porém à vista que nada disso iria ser conseguido. Porque o governo não viu – ou não quis ver – que o verdadeiro nó gordido do nosso parque habitacional residia nos milhares de contratos de arrendamento celebrados antes de 1990, herdeiros dos malefícios provocados por décadas de regras vinculísticas.

Era óbvio – e na altura dissemo-lo com lisura e transparência – que o novo regime proposto para os contratos de futuro não seria suficiente para, por si

só, solucionar os constrangimentos dos contratos mais antigos.

Para que tal objectivo fosse atingido era necessário ter a coragem de estabelecer normas transitórias realmente eficazes. Em vez disso, o governo e o grupo parlamentar do PS preferiram avançar com um arrazoado de regras inconsequentes e antecipadamente classificáveis como impraticáveis. As consequências dessa opção estão à vista.

Senhor presidente
Senhoras e senhores deputados

Em 2005 chamámos a atenção do governo para a ineficácia da solução de fixação administrativa do valor das rendas, cujos malefícios passados são bem conhecidos.

E o que fez o governo?

Insistiu numa fórmula de actualização do valor das rendas antigas, administrativa e aleatoriamente estabelecido, sem nunca ter conseguido explicar os pressupostos que estiveram na base da fixação do valor de 4%;

Em 2005 alertámos para a necessidade de criar normas que restabelecessem a confiança dos agentes no mercado.

E o que fez o governo?

Definiu um limite de actualização que não contempla taxas variáveis de

retorno do capital, que não incorpora os níveis de risco inerentes ao investimento e que não consegue assegurar a convergência do valor das rendas antigas com os valores de mercado.

Em 2005 insistimos na necessidade de encontrar regras simples para o procedimento de actualização das rendas antigas.

E o que fez o governo?

Insistiu num conjunto de confusas, incertas e altamente burocráticas no que toca à realização da avaliação fiscal e à definição do estado de conservação dos imóveis arrendados.

Em 2005 sublinhámos a impossibilidade de os senhorios financiarem as obras de conservação necessárias à actualização das rendas antigas por se encontrarem descapitalizados por décadas de rendas imperativamente baixas.

E o que fez o governo?

Omitiu qualquer forma de ajuda financeira aos senhorios, punindo-os antes com a possibilidade de os arrendatários lhes expropriarem o locado, pelo valor da avaliação fiscal, e sem que se possam opor a tal determinação.

Em 2005 sugerimos a criação de verdadeiros incentivos fiscais ao arrendamento, não só através do agravamento da taxa do IMI para os



prédios devolutos, já previsto no o para 2005, mas, principalmente, através de inovadoras medidas de amortização excepcional dos investimentos efectuados em imóveis para habitação, que sejam afectos ao arrendamento, por um determinado período mínimo de tempo e em determinadas condições de renda.

E o que fez o governo?

Nada. Limitou-se a permanecer surdo a uma sugestão cujos benefícios seriam evidentes.

Não foi pois por falta de aviso que o governo errou.

O governo errou porque quis ser arrogante, prepotente e autista.

Agora, dois anos após a aprovação do novo regime do arrendamento urbano, a conclusão que a qualquer observador isento se impõe é clara: a pretensa reforma tem sobre o mercado um impacto negativo.

Senhor presidente
Senhoras e senhores deputados

As críticas que acabei de fazer ao novo regime do arrendamento urbano não são divagações teóricas ou meras opiniões infundadas. Elas são confirmadas, sem margem de qualquer dúvida, pelos números.

De facto, e segundo os dados mais recentes publicados pela imprensa nacional, no ano passado houve apenas 6.279 pedidos de actualização de rendas por parte dos proprietários.

Ora, como em todo o país existem cerca de 390 mil contratos de renda antiga ainda em vigor, fácil é concluir que os pedidos de actualização correspondem a menos de 2% do total de contratos.

Até agora, segundo os dados publicados no portal da habitação, apenas 287 rendas foram actualizadas, o que corresponde a cerca de 15 actualizações por mês desde que a lei entrou em vigor.

Isto é, a manter-se o actual ritmo das actualizações, serão necessários mais de 2 mil anos para se proceder à actualização de todo o parque habitacional arrendado.

Em 2007 o número de pedidos de actualização foi caindo vertiginosamente – no segundo semestre daquele ano houve apenas 1.712 pedidos, cerca de metade do registado nos primeiros seis meses.

E, recorde-se, o objectivo do



Senhor presidente
Senhoras e senhores deputados

governo para 2007 passava pela actualização de 20 mil contratos antigos.

A razão deste fracasso é simples: a insuficiência do valor definido pelo governo para a actualização das rendas.

É que à taxa de actualização legalmente definida - 4% durante um período de tempo que pode ir até 10 anos -, o proprietário ainda tem que retirar o valor do imi, os custos de manutenção e preservação do imóvel, a contribuição camarária, bem como suportar o aumento no valor do seu irs.

Ou seja, o pseudo-incentivo criado, em vez de encorajar o proprietário no sentido de reabilitar e valorizar o seu património imobiliários, acaba por empurrá-lo para a passividade e a omissão.

Dito de outra forma: ao não querer criar um mecanismo simples e eficaz de actualização das rendas anteriores a 1990, o governo contribuiu para a manutenção do ciclo vicioso de rendas baixas, para a perpetuação de níveis de reduzido investimento na reabilitação urbana e para a continuada degradação do parque habitacional das nossas cidades.

O que ao executivo socialista falta em competência sobra-lhe contudo em desaforo.

E, nessa linha, o governo quer convencer os portugueses de que a diminuição do número de pedidos de actualização por parte dos proprietários nada ter a ver com a nova lei das rendas.

Na verdade, recentemente, numa entrevista do senhor secretário de estado eduardo cabrita, deparámo-nos com a seguinte afirmação: *“lisboa, que concentra um número significativo de todas as rendas do país [um quarto do total], esteve paralisada até há pouco tempo devido às mudanças na câmara. Acredito que o processo vai agora ser acelerado”!!!!*

A realidade é, no entanto, bem diferente.

É que é fácil comprovar que os números relativos a lisboa não se afastam de forma relevante da média nacional de adesão a esta lei. A culpa não é pois de terceiros mas única e exclusivamente deste governo.

Manda a verdade porém que se diga que a incapacidade do partido

socialista em matéria de arrendamento não se limita às questões que identificámos. E o que se passa em matéria de arrendamento jovem comprova-o uma vez mais.

Assim, e finda a primeira fase de candidatura ao porta 65, o instituto de habitação e reabilitação urbana (ihru) contabilizou apenas 3.561 candidaturas, um número muito inferior à meta de 20 mil candidaturas apontada inicialmente.

Acresce que o preço das rendas máximas das casas revela o total desconhecimento do governo da realidade de mercado. E uma análise da portaria que regulamenta o porta 65 é de novo muito esclarecedora.

Assim, na grande lisboa, por exemplo, o candidato só poderá receber ajuda do estado se a renda de um t0 ou t1 não ultrapassar os 340 euros mensais. E, no que toca a apartamentos t4 ou t5, as rendas máximas admitidas não passam dos 680 euros.

Também aqui o governo optou por uma legislação de *faz de conta*.

O que o preocupou foi lançar uma grande operação de marketing em vez de solucionar o problema em concreto.

E agora, perante o fracasso que a prática tem confirmado, tenta esconder os seus resultados e a sua incapacidade para atingir os objectivos a que inicialmente se tinha proposto.

Senhor presidente
Senhoras e senhores deputados

Há dois anos atrás, no debate que aqui decorreu, o psd foi claro ao sublinhar que a legislação que o governo teimosamente quis aprovar iria gerar confusão e incerteza.

Que o governo não ia resolver o problema da ocupação de centenas de milhares de fogos vagos, nem requalificar os degradados.

Que o governo não resolveria a necessária substituição da aquisição de casa própria por um mercado de arrendamento.

E o governo também não resolveu o problema da mobilidade e a ocupação habitacional dos centros urbanos.

Que não se iria inverter o paradigma que há décadas domina este sector.

O governo tem hoje e aqui uma ocasião única para, perante os representantes eleitos dos portugueses, reconhecer os seus erros e dar a mão à palmatória.

O debate que em seguida iremos travar dir-nos-à se tem a necessária humildade democrática para o fazer.

Disse.

Encerramento Debate ARRENDAMENTO URBANO 20 DE FEVEREIRO 2008

Deputada- Maria do Rosário Cardoso Águas

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados

O PSD entendeu agendar este debate para fazer o balanço dos resultados da aplicação da Lei do arrendamento que o Governo publicou há exactamente dois anos.

Os números disponíveis, e o debate que acabamos de fazer, provam que a Lei n^o 6/2006 se revela, até agora, um verdadeiro fracasso.

O Governo tinha definido como objectivo, a actualização de 20.000 rendas até ao final de 2007. Pois bem, em 2007 houve apenas 287 rendas actualizadas, o que significa, que o Governo, concretizou menos de 2% do objectivo anunciado.

Face ao universo de rendas antigas, que são 390.000, ao ritmo que o Governo tinha projectado, a actualização demoraria 20 anos, ao ritmo a que o Governo está a concretizar serão preciso mais de 2000, ou seja o património habitacional nurá antes que a lei produza resultados.

Todos temos presente a situação do parque habitacional: 540 mil alojamentos vagos; 800.000 fogos a necessitar de obras, dos quais, 325.000 degradados e 2,8 milhões de pessoas a residirem em alojamentos sem condições.

Esta situação representa um grave prejuízo para todos: perdem os inquilinos pelas infra condições em que residem; perdem os proprietários em rendimentos e perde o País: a economia e o património histórico, cultural e urbanístico.

O Provedor de Justiça resumiu bem a causa do problema e passo a citar: "... *O Estado por razões históricas subverteu a relação de arrendamento urbano... e o senhorio desprovido de rendimentos para investir na conservação do seu imóvel, absteve-se de cumprir as suas obrigações...*"

A Lei do Governo insiste no mesmo erro, porque assenta, numa concepção da economia e do papel do Estado que subverte, em nosso entender, as obrigações e responsabilidades, de uns e de outros.

Ao exigir aos proprietários a realização de obras sem que haja uma contrapartida proporcional no rendimento e quando, ao longo dos últimos vinte anos, foram publicados dezenas de acórdãos que invocam o abuso de direito, para indeferir a exigência de obras pelos inquilinos, o governo está a inviabilizar a eficácia da lei.

Isto significa algo muito importante que o Governo não cuidou de prevenir: é que são ineficazes as normas imperativas para a realização de obras, porque se não forem justas, se não houver equivalência entre a renda paga e a obra exigida, os Tribunais optam pela aplicação do princípio da boa fé.

Que resultados podemos esperar, duma lei que insiste nos mesmos erros? Nada, porque esta Lei é um logro político!

Durante o debate aqui ocorrido em Outubro de 2005, o PSD chamou a atenção para um conjunto de erros técnicos e de soluções demasiado burocráticas que conduziram, dissemos nós, ao insucesso da reforma.

Alertámos também que, atendendo aos inúmeros e diversos constrangimentos que se colocam ao funcionamento do mercado, era necessário encontrar soluções integradas que permitissem em simultâneo: actualizar as rendas antigas; reabilitar o património; devolver a confiança aos agentes e limitar a intervenção do Estado, reforçando-a, apenas, no apoio social aos mais carenciados e idosos.

Mas a lei do PS é incompleta, é complicada e tem vários pecados originais:

O Governo ignora que os agentes económicos agem racionalmente e por isso nunca estarão dispostos a aderir a uma lei que:

- Continua a penalizar os proprietários obrigando-os a suportar os custos sociais que só ao Estado dizem respeito;

- Que não atribui incentivos à reabilitação urbana, nomeadamente aos senhorios descapitalizados. Há dois anos que estamos a espera deste programa;

- Uma lei que fixa administrativamente o valor das rendas ignorando a diversidade das situações e a subjectividade das razões que só em livre concorrência a vontade das partes pode tornar eficiente;

- Uma lei que não garante a neutralidade fiscal do arrendamento versus aquisição de casa própria e limita



a rentabilidade do arrendamento a taxas de retorno inferiores a aplicações alternativas e sem risco;

- Uma lei que só engorda os cofres do Estado porque aumenta o valor patrimonial dos imóveis e o IMI independentemente do rendimento do proprietário, ter aumentado, por via da lei;

- Uma lei que faz o mais chocante ataque à propriedade desde o 25 de Abril. Refiro-me à expropriação por utilidade privada permitida aos inquilinos, quando o senhorio, não possa ou não queira, proceder a obras de recuperação do edificado;

E mais grave ainda, uma lei, em que o Estado, hoje socialista, assume a organização administrativa da Economia mas reserva, para ele próprio, um estatuto de excepção!

É que esta lei aplica-se a todos, com uma única excepção, o próprio Estado. E o Estado, Srs. Deputados, não é um inquilino qualquer, é o maior inquilino Português. Se apenas considerarmos os serviços centrais, são 300 mil m2 de área alguns dos quais a pagar 10 cêntimos por m2.

A lei previa a aprovação do *regime do património do Estado e dos arrendamentos por entidades públicas* num prazo de 180 dias mas já passaram 390 dias e até agora nada.

Estamos perante dois pesos e duas medidas: por um lado os Portugueses sujeitos à lei do Estado e o Estado, gerido pelo partido Socialista, acima das leis da Nação!

A isto, Srs. Deputados, chama-se abuso de poder, imoralidade e de mau exemplo.

É por este conjunto de razões que a Lei do Governo não está a produzir resultados, porque o Estado insiste em intervir onde não lhe compete e em nome desse paternalismo criou um conjunto de mecanismos profundamente burocráticos de que são bom exemplo as Comissões Municipais Arbitrais, poucas a funcionar. O caso mais impressionante é a cidade de Lisboa que tem uma lista de espera de 1000 vistorias para fazer.

Lembro o Professor Menezes Cordeiro que a propósito desta Lei, diz o seguinte e passo a citar: "*Está em causa uma série de diplomas complexos e delicados, mal estudados e mal elaborados, cujo lugar, na história recente do nosso Direito privado, está assegurado: pelas piores razões*"

Mas o nosso propósito final Sr^s e Srs. Deputados não é apenas denunciar o insucesso desta lei, o nosso propósito é obrigar o Governo a reflectir sobre os erros das soluções jurídicas e administrativas, que preconizou.

Por isso esperamos que o Governo reconheça os erros e altere esta Lei que é uma farsa, um logro e uma irresponsabilidade!

Ou melhor dizendo, isto não é uma Lei, diz que é uma espécie de Lei!





Assunção Esteves: “Tratado de Lisboa quebra hegemonia legislativa dos governos e diminui a burocracia”



O Parlamento Europeu debateu esta manhã em Estrasburgo o Relatório Corbett/ Mendez de Vigo sobre o Tratado de Lisboa. A Deputada do PSD Assunção Esteves participou neste debate e iniciou a sua intervenção lembrando que “Lisboa e Roma são lugares de partida para uma humanidade sem fronteiras” pois o “sonho de uma justiça global e um direito cosmopolita entranha a história da União Europeia.”

Para a Deputada do PSD “É a

história da vontade moral, que se instalou nas instituições e transformou os velhos paradigmas da política. A partilha como método, a razão como critério, a dignidade humana como fim. A soberania dos direitos em vez da soberania das fronteiras. Tudo isso que fez da Europa a pátria do Iluminismo.”

O Relatório “aprova o Tratado” e chama a atenção dos EM para o ratificarem “a tempo da respectiva entrada em vigor em 1 de Janeiro de

2009,” permitindo assim que todos cidadãos votem nas próximas eleições europeias “no pleno conhecimento do novo quadro institucional da UE”. Ainda segundo este Relatório “o Tratado de Lisboa representa uma melhoria substancial dos actuais Tratados, que implicará mais responsabilidade democrática para a União e reforçará o seu processo decisório (através do reforço dos papéis do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais), reforçará os

direitos dos cidadãos europeus face à União e melhorará a eficácia do funcionamento das Instituições da União”.

Segundo Assunção Esteves, “nesta marcha para uma democracia de larga escala, o Tratado de Lisboa reconciliou o Parlamento Europeu com a sua natureza de Parlamento. Quebrou a hegemonia legislativa da Europa dos governos. Fez surgir novas figuras de liderança, para mais competição, mais política e menos burocracia.

A terminar lembrou ainda a Constituição que “com o seu potencial de unidade e coesão, ficou adiada” mas “uma Europa pós-nacional está já a nascer. Babel construirá a sua torre.”



Carlos Coelho destaca fim dos 3 pilares e aumento da participação dos Parlamentos Nacionais Tratado de Lisboa no PE:

O Parlamento Europeu debateu em Estrasburgo o Relatório Corbett/ Mendez de Vigo sobre o Tratado de Lisboa. Para Carlos Coelho o Tratado de Lisboa é o “compromisso possível para ultrapassar a crise institucional e flexibilizar os mecanismos de decisão essenciais ao funcionamento de uma União Europeia alargada a 27 Membros, no mundo globalizado e em constante mutação em que hoje vivemos.”

O Deputado do PSD destacou a atribuição de “personalidade jurídica à UE e a supressão da estrutura em 3 pilares, passando a existir um quadro institucional único com a generalização do método comunitário.”

Destacou ainda as medidas que traduzem maior transparência e responsabilidade democrática bem como o aumento da participação e dos direitos dos cidadãos europeus quer no plano da informação quer na Petição legislativa.

Carlos Coelho aplaudiu também as alterações na área do Espaço Liberdade Segurança e Justiça onde se prevê “uma acção com metas mais ambiciosas e procedimentos mais eficazes, com o abandono de procedimentos e instrumentos intergovernamentais” tal como o maior “maior envolvimento dos Parlamentos nacionais designadamente no controlo da subsidiariedade.”

Pelo lado negativo o Deputado do PSD lamentou várias concessões que “tiveram que ser feitas, como é o caso do adiamento da implementação de elementos importantes como o novo sistema de votação no Conselho, os opt-out/opt-in britânico e irlandês, em matéria do ex-3º pilar” e demonstrou recear que “a criação de um Presidente eleito do Conselho Europeu faça perder as vantagens das Presidências rotativas sem trazer mais-valias para o funcionamento da União criando problemas na relação entre as diferentes instituições.”





Silva Peneda

Comissão Barroso está de parabéns, agilizou Estratégia de Lisboa e a Europa cresceu pela primeira vez mais do que os EUA

O Parlamento Europeu aprovou hoje um Relatório sobre as Orientações Gerais das Políticas Económicas 2008-2010. Este foi um debate conjunto sobre a Estratégia de Lisboa com o Conselho e a Comissão que contou com a participação activa do Deputado do PSD José Silva Peneda em nome do Partido Popular Europeu e do PSD.

No seu Relatório estratégico sobre a renovação da Estratégia de Lisboa, publicado em Dezembro, a Comissão Europeia liderada por Durão Barroso propõe que as actuais Orientações Gerais das Políticas Económicas constituam o principal instrumento da política económica da UE no âmbito da Estratégia global de Lisboa, assim como um ponto de referência para os programas anuais de estabilidade e convergência.

Segundo Silva Peneda, depois da revisão da Estratégia de Lisboa levada a cabo por Durão Barroso, que permitiu agilizar e criar objectivos

claros, são conhecidos os seguintes resultados:

“Em 2006, a União Europeia registou o maior crescimento económico desde 2000 (com um crescimento de 3%). Em 2007, a União Europeia cresceu, mais (2,9%) que os EUA (2,2%) e alguns novos Estados-Membros aproximaram-se ou até ultrapassaram a barreira dos dois dígitos.”

“Para quem andou a afirmar que a revisão da Estratégia de Lisboa tinha deixado de dar importância às questões sociais a resposta aí está: em 2006 o emprego cresceu (1,6%) três vezes mais da média registada nos 5 anos anteriores (0,5%)” afirmou Silva Peneda.

Nos últimos dois anos foram criados mais de 6 milhões e meio de novos empregos e prevêem-se criar mais 5 milhões até 2009. “É preciso ir à década de 80 para encontrar valores parecidos” afirmou o Deputado do

PSD.

Mas “há mais” disse Silva Peneda: “em 2006, a produtividade (medida em termos do crescimento do PIB por trabalhador) na Europa cresceu, em 2006 (1,5%) mais do que a média anual verificada entre 2000 e 2005 (1,2%).

“Pela primeira vez há muitos anos, o crescimento da produtividade na Europa foi superior ao dos EUA (1,4%).”

“Embora não se possa afirmar que estes resultados são consequência exclusiva da Estratégia de Lisboa, também não se pode negar que ela não tenha contribuído para a sua obtenção. Felicito assim a Comissão pela forma como tem coordenado a Estratégia de Lisboa.”

Na opinião de Silva Peneda, a economia europeia pode continuar a crescer e mais empregos poderão ser criados “se nos próximos anos melhorar a coordenação das políticas económicas dos Estados Membros, se



o mercado interno for mais aprofundado, se o diálogo social for promovido, se os aumentos salariais acompanharem o ritmo de crescimento da produtividade, se existir um sistema de supervisão financeira eficaz, se a quinta liberdade - a do conhecimento - se fortalecer e se a União Europeia mostrar sinais evidentes que quer defender os seus interesses,” o que significa não ser um “sujeito passivo do fenómeno da globalização mas, pelo contrário, mostrar que está disposta a exercer um papel determinante no seu controlo.”

Parlamento Europeu chumba Relatório sobre “factores que favorecem o apoio ao terrorismo e o recrutamento de terroristas”

O Parlamento Europeu chumbou o Relatório os “Factores que favorecem o apoio ao terrorismo e o recrutamento de terroristas”. Carlos Coelho participou no debate em Estrasburgo e foi muito contundente ao afirmar que é lamentável que uma iniciativa europeia - sobretudo sobre esta matéria - “não pode, nem deve servir de palco para a promoção de estratégias eleitorais nacionais” fazendo uma referência clara à utilização deste tema pelos socialistas espanhóis. O PSE quebrou um acordo de emendas de compromisso que tinha com o Relator Mayor Oreja o que levou o Deputado espanhol, Ex Ministro do Interior de Espanha a pedir para ser retirado o seu nome do Relatório pois o seu essencial foi adulterado pelas emendas aprovadas.

O Deputado do PSD, que

recentemente presidiu à Comissão do PE que investigou os voos da CIA defendeu que “o combate sem tréguas ao terrorismo deve ser feito dentro da Lei, no respeito pelo Estado de Direito e sem ferir os Direitos Fundamentais”(…)“o terrorismo é seguramente uma das principais ameaças que pesam sobre as pessoas. E acho que desvalorizar essa ameaça não contribui nem para aumentar a segurança nem para a combatermos com eficácia. E por isso votarei contra as emendas que o pretendem fazer.”

Na sua opinião, o terrorismo “não afecta apenas os cidadãos dos países que foram vítimas deste tipo de ataques, mas põe em risco a segurança de todos os outros e semeia o medo e ameaça pelo terror.” Segundo Carlos Coelho “o terrorismo é uma manifestação irracional, de fanatismo

(seja ele: religioso, nacionalista ou outro) que despreza o valor da vida e da dignidade da pessoa humana.”

A União colocou - “e bem” - no topo das suas prioridades o combate ao terrorismo. “Precisamos de uma estratégia global que possa levar ao desmantelamento das redes terroristas. Essa estratégia deverá valorizar a vertente preventiva, incluindo a luta contra o recrutamento de terroristas e contra todos os factores que favorecem a radicalização violenta.”

Para Carlos Coelho é “importante analisar e compreender as razões, as causas e os processos que conduzem à radicalização e ao terrorismo, de forma a impedir que indivíduos mais vulneráveis (nomeadamente as faixas etárias mais jovens) possam vir a ser explorados por grupos terroristas.

Estamos a falar, também, de jovens que vivem nos nossos Estados Membros e que por falhas nos processos de integração, vivem com frustração e revolta e encontram no fanatismo uma maneira de recuperarem o seu orgulho e autoconfiança.”

A terminar concordou que “no quadro da lei e do respeito pela liberdade de expressão, seja combatida a propaganda terrorista destinada a encorajar a perpetração de actos terroristas.”

O Parlamento Europeu acabou por rejeitar por maioria este Relatório dando razão às críticas que foram feitas, entre outros, por Carlos Coelho, de tentativa de politização do Parlamento Europeu com vista a favorecer a campanha de Zapatero em Espanha.

O neo-clima malsão

Ricardo Rio (*)



“Por entre o estado de espírito algo depressivo em que o País se encontra mergulhado, as sucessivas contradições, avanços e recuos que envolvem os grandes projectos nacionais, as trapalhadas ministeriais, a discussão na praça pública da conduta privada do Primeiro-Ministro (nos planos profissional e académico) e tantas outras fontes de desalento comum, quase nem se percebe que já passaram três anos desde as últimas Eleições Legislativas”.

Nem de propósito. Começava assim o meu artigo, na semana em que o País acordou espantado com o contundente diagnóstico que a SEDES – uma das mais reputadas e independentes associações cívicas existentes – traçava de Portugal num documento tornado público na passada Sexta-feira.

Aí podia ler-se que se sente em Portugal “um mal-estar difuso”, que “alastra e mina a confiança essencial à coesão nacional”. Pese embora reconhecendo que há traços deste sentimento que não são “exclusivamente nacionais”, os signatários – onde se reúnem protagonistas de todos os campos políticos e partidários, bem como diversos cidadãos independentes – alertam para que “este mal-estar e a degradação da confiança, a espiral descendente em que o regime parece ter mergulhado, têm como consequência inevitável o seu bloqueamento”. Daí que, assegurem, “se essa espiral descendente continuar, emergirá, mais cedo ou mais tarde, uma crise social de contornos difíceis de prever”.

O documento elaborado pela Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) centra a sua atenção em três aspectos fundamentais: a degradação da confiança no sistema político, a estranha interação entre a Justiça e a Comunicação Social e a má orientação das políticas de promoção da segurança e de combate à criminalidade.

Nesta última vertente, o reparo directo mas não explicitado vai para a ASAE – Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, expresso na crítica ao “fundamentalismo ultra-zeloso, sem sentido de proporcionalidade ou bom-senso” em áreas “menos relevantes para as necessidades do bom funcionamento da sociedade”. Pelo que se sugere: “para se ter uma noção objectiva da desproporção entre os riscos que a sociedade enfrenta e o empenho do Estado para os enfrentar, calculem-se as vítimas da última década originadas por problemas relacionados com bolas de Berlim, colheres de pau, ou similares e os decorrentes da criminalidade violenta ou da circulação rodoviária e confronte-se com o zelo que o Estado visivelmente lhes dedicou”.

Questionando os valores em vigor, a SEDES sustenta que “o Estado tem uma presença asfíxiante sobre toda a sociedade, a ponto de não ser exagero considerar que é cada vez mais estreito o espaço deixado verdadeiramente livre para a iniciativa privada”. E, acrescenta, esse Estado “demite-se muitas vezes do seu dever de isenta regulação, para desenvolver duvidosas articulações com interesses privados, que deixam em muitos um perigoso rasto de desconfiança”.

Afinal, conclui-se também neste documento, “num ambiente de relativismo moral, é frequentemente promovida a confusão entre o que a lei não proíbe explicitamente e o que é eticamente aceitável”, pelo que “é precisamente nessa penumbra que proliferam comportamentos contrários ao interesse da sociedade e ao bem comum (...) e que medra a corrupção, um cancro que corrói a sociedade e que a justiça não alcança”.

Por todos estes motivos, compreende-se melhor o “acentuar da degradação da confiança dos cidadãos nos representantes partidários de todo o espectro político”, o que, caso se venha a consumir um eventual fracasso da democracia representativa, “criará um vácuo propício ao acirrar das emoções mais primárias em detrimento da razão e à consequente emergência de derivas populistas, caciquistas, personalistas”.

Ora, segundo a SEDES, só resta aos partidos “serem capazes de mobilizar os talentos da sociedade para uma elite de serviço”, “evitar que a sua presença seja dominadora a ponto de asfixiar a sociedade” e jamais serem “um objectivo em si mesmos”, devendo também combater-se a “tentacular expansão da influência partidária”, quer na “ocupação do Estado”, quer “na articulação com interesses da economia privada”.

Se as linhas de força do documento merecem um consenso alargado, o principal reparo que se pode fazer ao texto divulgado pela SEDES – e, mormente, aos seus subscritores, em que se incluem nomes como os de Vítor Bento, M. Alves Monteiro, Luís Barata, Luís Campos e Cunha, João Ferreira do Amaral, Henrique Neto, F. Ribeiro Mendes, Paulo Sande e Amílcar Theias-, é o facto de os mesmos se terem demitido de assumir o papel de catalisadores dessa mudança no seio dos Partidos com que colabora(ra)m politicamente, e pelos quais foram indigitados para cargos da mais alta responsabilidade.

Faz lembrar, até, o manifesto que foi difundido nas vésperas do 25 de Abril de 2000, quando Ministros do então Governo de António Guterres e outros altos dirigentes do PS (como Jorge Coelho, Pina Moura, António Costa e Alberto Martins) “condenaram as privatizações, o mercado global e o clima malsão que se vivia no País”.

Também aí se assegurava que “a legião de excluídos não parou de aumentar”, que se notavam “a nível colectivo, sintomas de nervosismo” e que havia que alertar para os perigos da “doutrina neoliberal”.

A diferença, oito anos depois, é que António Guterres parecia, à beira do José Sócrates de hoje, um mero aprendiz de feiticeiro... - (*) *Economista, Vereador da Câmara de Braga, Presidente da CPS/PSD Braga*

Desemprego na região não pode ser ignorado como um “problema dramático”

O líder da comissão distrital de Braga do PSD classificou o desemprego na região como um “problema dramático” que “só dá notícias de rodapé na comunicação social”.

“Preocupa-me que um problema tão dramático como o desemprego no distrito de Braga não tenha o impacto que merece nos meios de comunicação social”, referiu Virgílio Costa, deputado e presidente da distrital bracarense do PSD.

Os sociais-democratas do distrito de Braga começaram esta segunda-feira um ciclo de encontros com instituições locais para analisar a situação social de uma região que tem cerca de 40 mil desempregados.

No encontro com a União de Sindicatos de Braga (USB), Adão Mendes, coordenador dos sindicalistas, alertou os deputados para “o elevado número de desempregados” e para a “crescente miséria no distrito”.

“A região está bloqueada”, disse Virgílio Costa, afirmando ainda que são as “pequenas e micro-empresas que dominam e suportam economicamente a região”.

“Há milhares de desempregados que estão camuflados em cursos de formação profissional”, referiu o deputado do PSD.

O objectivo dos encontros entre os sociais-democratas e as instituições do distrito de Braga é o de trazer para a “opinião pública e para os jornais” a crise que se vive na região, disse a mesma fonte. – **Fonte: Lusa**

Ainda a “negociata” da sinalética...

(Do nosso correspondente em Braga)

A mim pouco me importa que o Presidente de Câmara e outros responsáveis do PS de Braga achem que a nossa insistência em relação a este assunto é apenas uma forma de “causar moossa” por força do envolvimento do(s) seu(s) filho(s) neste processo.

Isto apesar de discordar totalmente daquele velho lamento sobre a impossibilidade de [o seu filho] “poder ganhar a vida”, contra as recorrentes críticas da Oposição local, uma vez que a questão não está em inibir essa possibilidade, mas antes de exigir os padrões de transparência e ética na gestão dos recursos públicos que muitas vezes nos parecem estar arretrados das prioridades da maioria.

Se esse valor merecesse alguma atenção por parte dos responsáveis



municipais, parente directo algum estaria envolvido, directa ou indirectamente, em negócios com a Autarquia, ainda que através de procedimentos concursais. E isso deveria ser tão óbvio quanto parece a qualquer mortal politicamente descomprometido.

Mas, como dizia, este nem é (já) o caso aqui, a partir do momento em que a empresa do filho do Presidente e do sobrinho da Vereadora nem chegou a concorrer ao segundo concurso lançado pela Câmara Municipal para a concessão das placas de toponímia.

Abstraindo, pois, desse factor, as prementes questões que se levantam são as mesmas que elenquei aqui:

- 1) A Câmara quer manter o novo modelo de sinalética?
- 2) Em caso afirmativo, porque é que não foi cumprido o Caderno de Encargos do Concurso que obrigava à sua instalação no prazo de um ano?
- 3) E, não tendo sido, porque é que o contrato com a empresa que venceu o Concurso não foi rescindido?

Mais uma vez, interpelado sobre este assunto, o Presidente da Câmara optou pelas respostas dissimuladas tradicionais: “-Então vocês eram

contra e agora querem que eles ganhem mais dinheiro...”. “-Se eles não puseram mais placas foi porque nós não deixámos pôr nos sítios que eles queriam...”. “-Não me cabe a mim verificar se o contrato deve ou não ser rescindido. Isso é uma tarefa que cabe aos Serviços Municipais.”

À medida que o “vírus-Axa” se

espalha para mais zonas do Concelho, algumas constatações se tornam ainda mais evidentes.

Em primeiro lugar, este modelo de placa é um absurdo e uma fonte de enorme poluição visual na já degradada estética da pouco esclarecedora sinalética urbana concelhia.

Em segundo lugar, mais que uma forma atractiva de proceder à identificação das ruas, este modelo de sinalética é visto unicamente como uma oportunidade de negócio para o privado, com a concessão da publicidade disponibilizada. Desde que começou esta “moda”, que, em Braga, já praticamente não se vê uma placa com a sinalização das ruas e sem publicidade – quando sinalização se encontra, regra geral, diferenciada da publicidade.

E quantas placas já viram com publicidade mas sem identificação das ruas? E porque será que quase todas se encontram em rotundas, triângulos ou acessos às principais vias rodoviárias da cidade?

Por singulares vezes que fosse, os responsáveis camarários deviam perceber que há situações em que só lhes ficava bem dar o braço a torcer, reconhecendo a opção errada e actuando em conformidade.

Neste caso, atendendo ao incumprimento evidente do Caderno de Encargos, rescinda-se o contrato, removam-se as placas já instaladas e peça-se desculpa aos Bracarense por mais este “momento mau”.

É destes gestos dignos que se pode construir uma melhor memória futura do poder cessante. Haja coragem!

– R. R.

Notícias de Aveiro

Sistema de Sugestões Internas de Melhoria

A Câmara Municipal de Aveiro arrancou como Sistema de Sugestões Internas de Melhoria – SIM – junto dos seus colaboradores.

Com este Sistema, a Autarquia pretende apostar no fomento da participação e envolvimento dos seus colaboradores nos assuntos gerais e na melhoria dos serviços prestados aos munícipes.

A iniciativa visa, igualmente, criar as condições necessárias para a definição e prossecução de melhores práticas no sector da administração pública local, promovendo a qualidade, a celeridade e a excelência.

Importa ainda salientar que as Normas de Funcionamento do SIM descrevem a forma como os colaboradores podem fazer chegar as suas sugestões a uma Comissão de Análise, bem como o procedimento da sua análise e a atribuição de prémios de incentivo.

Notícias de Évora

Preocupações com agravamento da situação financeira da Universidade

O PSD de Évora está preocupado com o agravamento da situação financeira da Universidade de Évora, na qual já se admite o despedimento de funcionários e docentes, bem como com a passividade da Câmara de Évora que pouco ou nada faz para enfrentar um Governo socialista cuja actuação é mortífera para o interior do país, empenhado em asfixiar financeiramente a Universidade de Évora, prejudicando Évora e o Alentejo, no contexto da sociedade e da economia do conhecimento.

Face à aparente dificuldade que a Universidade de Évora vem revelando em racionalizar e controlar custos de funcionamento e em ajustar a oferta às necessidades previsíveis da economia regional e às tendências dos mercados de trabalho, o PSD receia que o garrote financeiro que o Governo PS está a aplicar à mesma, possa ter efeitos negativos sobre projectos de investimento de forte componente



tecnológica em fase de instalação no concelho de Évora, tendo em conta os protocolos de colaboração para

desenvolvimento de actividades de I&D já assinados.

Face ao silêncio dos deputados

socialistas eleitos à Assembleia da República pelo Distrito de Évora, caberá a Câmara de Évora emprender uma atitude mais interventiva e liderante na defesa dos interesses de Évora e do distrito junto do Governo do PS, desenhando, conduzindo e concertando acções e parcerias mobilizadoras de agentes económicos e sociais locais e regionais, ancorados na Universidade de Évora, com vista a reforçar a atractividade de Évora na fixação de projectos de investimento estruturantes e de elevada incorporação tecnológica.

À Câmara de Évora cabe igualmente um papel liderante no estímulo e orientação dos vários agentes ligados à educação, formação, ciência e tecnologia, através da clara definição de um rumo para o futuro para Évora, a defender firmemente junto do Governo, cujo apoio e empenho deverão ser inequívocos. – **CPS/PSD-Évora**

Notícias de Ovar

PSD lembra obras pendentes na freguesia de S. João de Ovar e que ameaçam ser de «Santa Engrácia»!



Na reunião de Câmara realizada no passado dia 21, os Vereadores do PSD solicitaram ao executivo socialista esclarecimentos sobre vários projectos em S. João de Ovar, todos eles fundamentais para a população daquela freguesia e todos eles sem conclusão ou solução à vista. Assim, no período antes da ordem do dia os autarcas do PSD questionaram o ponto da situação das seguintes obras:

EXTENSÃO DE SAÚDE DE S. JOÃO

Os vereadores do PSD frisaram que no dia 9 de Setembro de 2005, foi lançada a primeira pedra da obra da extensão de Saúde de S. João de Ovar, uma empreitada que ascendia a um valor de 584.430,65 euros (+IVA) e que

deveria terminar em Outubro de 2006, ou seja, um ano depois. No entanto, já estamos em Fevereiro de 2008 (quase um ano e meio após o prazo apontado para a conclusão!) e o estado da obra é o que se vê: a empreitada está parada e inacabada.

A população da freguesia de S. João de Ovar continua privada de uma extensão de saúde, apesar desta ter sido várias vezes anunciada e propagandeada em véspera de eleições.

Esta é uma situação INADMISSÍVEL. Exige-se rigor, seriedade e responsabilidade na execução de obras públicas.

ESCOLA DA PONTE NOVA

No dia 4 de Outubro de 2005 (a cinco dias das últimas eleições

autárquicas), era assinalado o arranque das obras de beneficiação da Escola da Ponte Nova.

Esta obra tinha um prazo de execução de 360 dias mas, mais uma vez, já estamos em Fevereiro de 2008 (passaram 2 anos e 4 meses desde o seu início e mais 71.999,73 euros de “trabalhos a mais”) e a obra ainda não está concluída.

CASA DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO

Tal como foi lembrado pelos vereadores do PSD, S. João de Ovar é a única freguesia que não possui uma sede própria, apesar de ser sido criada em 1985, ou seja, há 23 anos atrás. Depois de tantas promessas, o PSD entende que já era tempo desta obra estar realizada. Para quando o início da sua construção?

BURACO NA EN327 (CIMO DE VILA)

Existe um buraco em plena Estrada de Cimo de Vila (freguesia de S. João), junto à passagem superior sobre a A29 há cerca de dois anos!!! Esta situação é um perigo para as centenas, senão mesmo milhares de viaturas que por lá passam todos os dias. Já ocorrerem lá vários acidentes mas o buraco mantém-se. Afinal, o problema em causa exige uma solução assim tão demorada ou este é apenas mais um exemplo da incúria da Câmara Municipal de Ovar?

PSD realiza “Encontros com a Sociedade” e o Mapa Judiciário foi o tema da primeira sessão

“Encontros com a sociedade” – conjunto de iniciativas do PSD/Ovar

O PSD de Ovar iniciou esta semana o conjunto de iniciativas “Encontros com a Sociedade”, que visam auscultar o sentimento da comunidade sobre os principais problemas que estão na ordem do dia.

Nestes encontros vão ser discutidos temas como o Desemprego, o encerramento de Serviços Públicos, a Segurança, o Ambiente, as Acessibilidades, o Ordenamento do Território, o Desenvolvimento Económico, a Educação, o Desporto, a Saúde, entre outros assuntos importantes no presente e para o futuro do nosso município.

O primeiro destes encontros realizou-se ontem, 21 de Fevereiro, e foi subordinado ao tema “O NOVO MAPA JUDICIÁRIO”, cuja principal consequência, para o nosso concelho é a extinção da Comarca de Ovar. Para este encontro o PSD convidou mais de duas dezenas de advogados que exercem a sua actividade um pouco por todo o concelho de Ovar, com o objectivo de trocaram ideias sobre este tema com os autarcas e dirigentes do PSD.

O vereador Álvaro Santos acredita que o conjunto de iniciativas que agora arrancam é de grande valor, um vez que “enquanto Partido moderno e aberto, o PSD de Ovar quer promover e incentivar a participação pública em torno de temas actuais e importantes para o presente e para o futuro do nosso município”.

Em jeito de balanço deste primeiro encontro, Álvaro Santos manifestou-se



muito preocupado, referindo que “a principal consequência do novo Mapa Judiciário é a extinção da Comarca de Ovar”.

Consequentemente, “a integração do Concelho de Ovar na nova comarca do Baixo Vouga, com sede em Aveiro, vai criar um maior e “perigoso” distanciamento entre os tribunais e os cidadãos, o que é bastante lesivo para os interesses da nossa terra”.

A sangria de serviços públicos é, actualmente, um dos maiores bloqueios ao progresso e desenvolvimento do Concelho de Ovar. E é fortemente pernicioso à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas instaladas no concelho.

O Baixo Vouga, juntamente com as novas circunscrições do Alentejo Litoral e Grande Lisboa, é apontado pelo Governo como uma das áreas geográficas onde será feita a reorganização judiciária na fase experimental.

A reforma do mapa judiciário é uma das matérias de incidência do acordo para a Justiça entre o PSD e o PS, mas a que a actual liderança de Luís Filipe Menezes tem manifestado reservas.

O documento distribuído aos órgãos de comunicação social pretende “servir também para orientar futuras intervenções políticas dos autarcas do PSD sobre matérias relacionadas com a reorganização do mapa judiciário e suas implicações para os municípios de Ovar”.

Em agenda para próximos encontros estão temas como o desemprego, o encerramento de serviços públicos, a segurança, o ambiente, as acessibilidades, o ordenamento do território, o desenvolvimento económico, a educação, o desporto e a saúde. – Do nosso correspondente, Álvaro Santos; fotos, arquivo PL

Notícias de Lisboa

Negrão lamenta “quatro meses de perda de tempo” no “chumbo” do empréstimo e coloca as culpas em António Costa

O vereador social-democrata da Câmara de Lisboa, Fernando Negrão, criticou o presidente da autarquia por “quatro meses de perda de tempo” que redundaram no chumbo do Tribunal de Contas (TC) ao pedido de empréstimo para pagar dívidas.

Em conferência de imprensa após a reunião em que o executivo decidiu por unanimidade pedir recurso do chumbo do TC ao empréstimo de 360 milhões de euros, Fernando Negrão afirmou que “foram precisos quatro meses de perda de tempo para que António Costa percebesse que precisava de se entender com a

oposição”.

Fernando Negrão considerou que o resultado da reunião e a decisão tomada constituem “uma vitória política para o PSD e para a cidade de Lisboa”.

O vereador do PSD congratulou-se por ter ficado afastada a hipótese de a Câmara recorrer ao artigo 41 da Lei das Finanças Locais, que supõe o recurso ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas compromete a câmara a um apertado controlo financeiro por parte do Governo.

Negrão reconheceu que para ter essa garantia, o PSD teve de ceder na





oposição à apresentação de recurso da decisão do TC.

Pedro Feist, vereador do movimento Lisboa com Carmona, quis “desmistificar” a ideia de que as dívidas que a Câmara se debate para pagar remontam aos executivos liderados por Pedro Santana Lopes ou Carmona Rodrigues, afirmando que o endividamento da câmara da capital é “um processo dinâmico que já vem desde os anos 80”.

Helena Roseta, dos Cidadãos por Lisboa, destacou que “esta equipa [de vereadores] está condenada a entender-se”, afirmando que “neste momento grave e difícil” para a autarquia, o principal critério deve ser “a rapidez”.

No grupo de trabalho que foi hoje constituído para “atualizar” o plano de saneamento financeiro da autarquia, Helena Roseta afirmou que o trabalho deve concentrar-se em fazer “um plano mais seco, mais simples e mais contido”.

Apesar de ter sido a única vereadora a defender o recurso ao artigo 41, Helena Roseta acabou por reconhecer que constituiria “um ónus muito pesado” para a autarquia assumir no futuro.

Quanto a Ruben de Carvalho, da CDU, apontou o “desagrado do executivo em relação ao estilo e à forma do acórdão do Tribunal de Contas, pouco consentâneo com a dignidade da instituição”.

O eleito comunista frisou que do grupo de trabalho destinado a trabalhar o plano de saneamento financeiro não sairá “um documento único”, mas de todas as “impressões e contributos”, caberá à maioria PS/Bloco de Esquerda a responsabilidade pela versão final.

Ruben de Carvalho deixou em aberto a hipótese de o grupo de trabalho rever o valor do empréstimo a pedir, caso não seja aceite o recurso que a Câmara vai interpor.

O vereador do Bloco de Esquerda, José Sá Fernandes, admitiu recorrer ao Tribunal Constitucional caso o TC não aceite o recurso da Câmara, congratulando-se por o executivo ter atingido “união no que é importante, pagar as dívidas e começar a trabalhar

para a cidade”.

Líder da distrital de Lisboa afirma que a situação de dívida estrutural vem dos mandatos de Jorge Sampaio e João Soares

O líder da distrital de Lisboa do PSD afirmou hoje que do acórdão do Tribunal de Contas que chumbou o empréstimo à câmara, decorre que a situação de dívida estrutural vem dos mandatos de Jorge Sampaio e João Soares.

“O Tribunal de Contas não tem dúvidas de que a dívida é estrutural e não conjuntural, apresentando exemplos de dívidas de mandatos anteriores aos dos presidentes eleitos pelo PSD”, disse Carlos Carreiras, durante uma conferência de imprensa na sede nacional do partido, em Lisboa, em que esteve acompanhado pelo vereador Fernando Negrão.

O PSD manifestou hoje disponibilidade para participar numa solução que permita resolver a crise financeira em Lisboa, mas considerou que o presidente da Câmara, António Costa, não deve insistir na reformulação do processo, nem entrar em confronto com o Tribunal de Contas.

Como “contributo”, o PSD volta a apresentar o plano de saneamento financeiro que apresentou em Dezembro, defendendo ser possível resumir o endividamento à banca a 143 milhões de euros para ressarcir todos os credores arrolados e que apresentem créditos de valor inferior a três milhões de euros.

Acresceriam a este montante, 57 milhões de euros a incluir num fundo de reestruturação municipal, o que totalizaria 200 milhões de euros de crédito bancário, dentro dos limites indicados pelo Tribunal de Contas, que “prevê um máximo de aproximadamente 285 milhões de euros”, disse.

PSD apela ao Governo que pague às câmaras “as elevadas dívidas que tem para com

elas”.

O PSD apela ainda ao Governo que assuma as suas responsabilidades e pague às câmaras municipais “as elevadas dívidas que tem para com elas”.

O partido está ainda disponível para, em conjugação de esforços, solicitar ao Governo que assuma as suas responsabilidades nacionais, consagradas na Constituição, e “liberte as câmaras municipais de endividamento assumido por estas para colmatar situações sociais, da responsabilidade da República”, quanto a habitação social, educação, saúde e segurança.

O presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, afirmou hoje que a autarquia vai promover “reuniões bilaterais” com os seus principais credores na próxima semana para procurar “soluções alternativas” depois do chumbo do Tribunal de Contas ao empréstimo.

Além disso, o líder da distrital de Lisboa do PSD, Carlos Carreiras, responsabilizou a actual maioria socialista e do Bloco de Esquerda pelo chumbo do Tribunal de Contas (TC) ao empréstimo para pagar dívidas, que o PSD tinha previsto.

“Há momentos na vida em que não ficamos felizes por ter razão, e este é um deles. Esta é uma decisão muito má para a cidade de Lisboa”, afirmou Carlos Carreiras.

O TC o visto ao empréstimo de 360 milhões de euros que a Câmara de Lisboa pretende contrair para pagar dívidas a fornecedores, apontando a “insuficiência e a falta de sustentabilidade do Plano de Saneamento Financeiro” apresentado pelo presidente da autarquia, António Costa.

“O PSD mantém a disponibilidade, como há dois meses, para encontrar soluções e contribuir de forma séria para resolver um problema que é estrutural”, garantiu Carlos Carreiras, lembrando que o presidente da Câmara, António Costa, foi “mal-educado, prepotente e teimoso” quando os sociais-democratas ameaçaram em Dezembro inviabilizar

na Assembleia Municipal o plano inicial para um empréstimo de 500 milhões.

Na altura, António Costa aceitou uma proposta alternativa do PSD de contrair um empréstimo de 400 milhões, dividido numa tranche de 360 milhões - hoje recusada pelo Tribunal - e uma posterior de 40 milhões.

Carlos Carreiras, que já tinha alertado para a possibilidade de o empréstimo de 500 milhões ser chumbado, manifestou “seriíssimas reservas” mesmo em relação ao de 400 milhões aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa.

“[António Costa] chamou-nos incompetentes, irresponsáveis, disse que não sabíamos o que estávamos a fazer” e tem agora “uma responsabilidade acrescida, uma vez que foi o responsável pela Lei das Finanças Locais enquanto ministro da Administração Interna”, disse Carlos Carreiras.

O líder da distrital lisboeta dos sociais-democratas afirmou que é preciso “ler com atenção o acórdão”, uma vez que o parecer do TC aponta a “má qualidade do plano de saneamento financeiro” e afirmou que a autarquia tem “uma panóplia de mecanismos ao seu dispor” para resolver a situação estrutural.

“O Estado tem que assumir os custos de capitalidade de Lisboa e há taxas por regulamentar que poderiam beneficiar os municípios, como as da passagem das operadoras de telecomunicações”, exemplificou Carlos Carreiras.

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, afirmou não prestar declarações sobre o chumbo do Tribunal de Contas enquanto não tiver analisado o acórdão e remeteu para a distrital do PSD qualquer reacção.

Também Fernando Negrão, vereador social-democrata na Câmara Municipal de Lisboa, afirmou que o presidente da autarquia foi avisado de que o pedido de saneamento financeiro era contrário à lei mas não mostrou receptividade aos conselhos do PSD.

O vereador social-democrata reagiu assim ao facto de o Tribunal de Contas ter recusado hoje o visto ao empréstimo de 360 milhões de euros da Câmara de Lisboa, apontando a “insuficiência e a falta de sustentabilidade do Plano de Saneamento Financeiro” apresentado pelo presidente da autarquia, António Costa (PS).

“O PSD disse, desde o início, que o pedido de saneamento financeiro, nos termos em que foi formulado pelo doutor António Costa, era contrário à lei elaborada pelo mesmo doutor António Costa enquanto ministro da Administração Interna”, afirmou Fernando Negrão.

Para o vereador, o presidente da autarquia lisboeta “só se quis ouvir a si próprio, ameaçando até com a sua demissão e o resultado foi um agravamento notório da situação económica e financeira da Câmara de Lisboa e da qualidade de vida e do desenvolvimento da capital”. – CPD Lisboa/PSD

Notícias dos Açores

Financiamento da Universidade e problema da Base das Lages

O PSD/Açores apresentou hoje uma anteproposta de lei que visa assegurar uma majoração de 30 por cento na fórmula de financiamento da Universidade dos Açores, como compensação pelos custos da tripolaridade.

“Existe já um sentido nacional relativamente aos custos da insularidade para as pessoas, instituições e empresas. Não se justifica, por isso, excluir desse entendimento a Universidade dos Açores”, afirmou o deputado social-democrata José Manuel Bolieiro, na Assembleia Legislativa dos Açores, durante a apresentação do diploma.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, “falta cumprir o reconhecimento desse direito à diferença, com justa solidariedade, no financiamento à Universidade dos Açores”, dado que já existe “discriminação positiva” noutras áreas.

José Manuel Bolieiro referiu que essa “discriminação positiva” nos apoios financeiros do Estado à Região “está consagrada, por exemplo, na lei de finanças das regiões autónomas, na adaptação do sistema fiscal nacional à Região e na lei de finanças locais”.

O deputado social-democrata acrescentou que a Universidade dos Açores, com uma majoração de 30 por cento na sua fórmula de financiamento, “não será privilegiada ou favorecida, antes será compensada e elevada ao mesmo nível de condições

Governo regional deve “prestar informação” sobre base das Lages

O líder parlamentar do PSD/Açores reafirmou a necessidade do governo regional “prestar informação”

ao parlamento sobre a eventual utilização, pelos Estados Unidos, das Lages como base de treinos para aviões militares e de testes para novos sistemas de armamento.

“Mais uma vez, perante a importância do assunto e os efeitos que a evolução da situação poderá ter nos Açores, parece que os outros estão a decidir por nós ou à margem de qualquer posição açoriana”, afirmou Clélio Meneses, numa declaração política proferida na Assembleia Legislativa dos Açores.

Para o líder da bancada social-democrata, é “inadmissível a forma como a Região não se tem envolvido ou tem sido ultrapassada em toda esta matéria”.

Segundo o presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, é “essencial que se esclareça, de uma forma rigorosa, o que efectivamente se passa relativamente à utilização militar da base das Lages e no que respeita às questões laborais pendentes”.

Clélio Meneses reafirmou, também, que é “decisivo que sejam avaliados os impactos económicos, sociais, ambientais e políticos na Região de uma eventual alteração da utilização militar da base nos termos noticiados”.

O líder da bancada social-democrata considerou “importante o que o governo regional sabe” a matéria e defendeu que o “preste essa informação ao parlamento, porque também seria inadmissível que o governo regional não estivesse a ser informado e a acompanhar a situação”.

Clélio Meneses lamentou, ainda, que o PS tivesse rejeitado uma proposta do PSD/Açores nesse sentido.

“O PSD manifesta a importância



do envolvimento dos órgãos de governo próprio da Região em todo o processo negocial em curso e assume a disponibilidade política para, juntamente com outras forças partidárias, afirmarmos uma posição clara dos Açores sobre o futuro da nossa terra”, afirmou.

A intervenção de José Manuel Bolieiro

Os Açores são notícia nacional.

A nossa posição geo-estratégica justifica que outros tenham interesse na nossa terra.

Com os descobrimentos, com as rotas das Índias, com o comércio marítimo, com os piratas e corsários, com as Guerras mundiais em que alemães, ingleses e americanos utilizavam o nosso espaço para afirmarem as suas forças, com a actual demarcação geo-política do mundo, sempre nos cruzamos com o mapa do planeta.

Sempre foi assim e ainda bem!

Porém, sempre foram os outros a dar essa importância e a fazer uso dessa valia que consiste na circunstância especial de estarmos quase sozinhos no meio do Atlântico entre três continentes.

Foi por isso que, em 1941, foram instaladas na Região forças militares estrangeiras.

Foi assim que, em 1943, foi celebrado, entre Portugal e a Inglaterra, o primeiro acordo internacional a respeito da Base das Lages, e durante os anos foi sendo utilizada esta estrutura militar pelos Estados Unidos da América, com o último acordo a ser assinado em 1995.

Com diferentes e sucessivas

avaliações da importância geo-estratégica dos Açores, tem sido, porém, genericamente assumido que a Base das Lages é muito importante para os Estados Unidos.

Para Portugal, tal utilização tem sido, também, vantajosa quer pelos benefícios concretos que advêm da situação, designadamente ao nível de material militar, quer, essencialmente, pelo privilegiado lugar que concede ao país no mapa diplomático internacional.

Para os Açores, para além da criação de um número significativo de postos de trabalho – que, por sinal preocupante, se encontra em decréscimo – muito se tem discutido sobre os reais impactos de tal situação, sem que haja uma posição clara e generalizada dos mesmos no desenvolvimento dos Açores e na vida dos açorianos.

O que é certo é que os Açores têm tido dificuldade em fazer vencer os seus propósitos na dialéctica negocial inerente ao Acordo, quer em termos laborais, em especial, quer ao nível de outras contrapartidas, que existindo, na realidade, e com efeitos positivos nalguns casos, não têm sido consideradas as mais adequadas à situação.

Foi com base nesta realidade, na necessidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores poder contribuir para a avaliação do real impacto do Acordo de Cooperação e de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos e para a afirmação de uma posição clara e consistente da Região na defesa efectiva dos interesses açorianos, que o PSD apresentou um projecto de Resolução que foi aprovado por unanimidade criando a



Comissão Eventual respectiva.

No entretanto, e para além dos normais desenvolvimentos e das actualizações inerentes a um processo dinâmico, como a utilização da Base das Lajes, surgiram recentemente, e de forma persistente, um conjunto de notícias – algumas delas já veiculadas há alguns tempos – e de declarações de responsáveis políticos, diplomáticos, militares e técnicos que indiciam a possível alteração da utilização da Base.

Tais notícias e declarações fazem referência à hipótese de criação de um “centro de treinos para pilotos de aviação de 5ª geração, como o F-22 Raptor, para além da possibilidade de “testes de mísseis supersónicos”, bem como da utilização da Base “para guardar material tecnológico militar sensível, servindo de apoio e suporte ao novo comando dos EUA em África, o AFRICOM - porque os países africanos não são suficientemente seguros”.

De várias fontes e origens, as notícias e declarações têm sido tão contraditórias quanto reveladoras de que, de facto, qualquer coisa se passa.

Ao contrário, do que se quer fazer parecer não faz qualquer sentido que tudo se reduza a apenas contactos informais, técnicos e militares.

Como dizem os diplomatas, “se há coincidências a mais é porque não há coincidências”.

O ministro da Defesa Nacional negou, por seu lado, a existência de negociações entre o Governo português e os EUA para a criação de um campo de treino para aviões militares norte-americanos, afirmando: “Como o chefe do Estado-maior da Força Aérea já disse, essas seriam conversações que se teriam que ter não no plano técnico mas no plano político. E no plano político, eu perguntei ao meu colega dos Negócios Estrangeiros e aquilo que posso dizer é que não decorre no quadro do Governo português nenhuma negociação”.

Por outro lado, o porta-voz da Embaixada norte-americana, citado por um órgão de comunicação social nacional confirma “Até agora existirem apenas conversas entre as forças aéreas, mas este é o tipo de coisa que poderá vir a ser abordada na reunião bilateral”.

O representante açoriano na comissão bilateral de acompanhamento do Acordo, revelou à comunicação social “a vontade de colocar este assunto na agenda do próximo encontro deste organismo”.

Segundo documentos oficiais descritos pela imprensa, “as Lajes já têm vindo a receber equipamentos e modernizações com vista à operacionalidade dos F-22 e dos F-35, sendo que Portugal e os Estados Unidos têm estado envolvidos em negociações técnicas com vista à delimitação, a Norte dos Açores, de uma área de treinos para aviões de caça e outras armas e plataformas aéreas”.

Ainda a este respeito, o chefe da Delegação Portuguesa na Comissão Bilateral Permanente de



acompanhamento do Acordo fala na existência de “troca de ideias” e “contactos informais a nível técnico”, para além de outras notícias que referem o envolvimento da empresa pública Navegação Aérea de Portugal (NAV, EP) nos contactos em causa.

Muitas têm sido, assim, as posições, que nos últimos dias se têm multiplicado, por vezes de forma contraditória, sem que, de facto, haja um conhecimento rigoroso da matéria.

Mais uma vez, perante a importância do assunto e os efeitos que a evolução da situação poderá ter nos Açores, parece que os outros estão a decidir por nós ou à margem de qualquer posição açoriana.

Sendo que, no nosso entendimento, as questões relativas à avaliação dos custos e benefícios da existência da Base das Lajes e o respectivo acompanhamento permanente devem merecer tratamento político prioritário da parte dos órgãos de governo próprio da Região.

Pelo impacto social decorrente dos postos de trabalho açorianos na Base e pelas demais decorrências económicas, ambientais, culturais e políticas em geral, é essencial que os Açores, através dos seus representantes públicos, tenham conhecimento, acompanhem e participem em todos os momentos do processo, de acordo com a Constituição, a lei e os interesses dos açorianos.

Com efeito, a intervenção dos Açores não resulta de qualquer entendimento particular ou de qualquer pretensão intromissão em negociações internacionais, decorre sim da própria Constituição da República Portuguesa que determina, no seu artigo 227º, nº1, alínea t), a participação da Região nos processos negociais relativos a “tratados e acordos internacionais que directamente lhe digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes”, para além do próprio Estatuto Político-Administrativo da Região, sempre e em todo o caso, previsões normativas que salvaguardam juridicamente aquilo que são os interesses legítimos da Região.

É assim que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, como primeiro órgão da Autonomia e representante de todos os

açorianos, tem o direito e, sobretudo, o dever de acompanhar a situação e pronunciar-se sobre a mesma.

É preciso que, nos Açores, se saiba o que se quer da nossa terra e quais as consequências das decisões dos outros na nossa vida e nas nossas ilhas.

Em qualquer circunstância, o que parece certo é que a posição geoestratégica dos Açores está reafirmada e reforçada o que só pode ser considerado vantajoso para os açorianos e ainda bem!

Porém, é preciso que se avalie se a nova utilização da Base, ou de outros espaços da Região, implica ou não uma alteração do Acordo vigente e, para isso, os Açores têm de estar informados de modo a que haja uma posição clara da Região.

A posição dos Açores não se pode resumir a discursos de circunstância e a “assobiar para o lado” quando questões decisivas para o nosso futuro estão em causa.

Por outro lado, as questões laborais continuam a exigir uma atenção especial, sem que até agora se vejam resultados de algumas promessas na defesa dos interesses dos trabalhadores.

De facto, são conhecidas declarações do representante da Região na referida Comissão Bilateral a afirmar que a delegação portuguesa iria procurar “convencer os Estados Unidos a libertarem os aumentos salariais na Base das Lajes da regra americana (“Appropriation Act”) que impede aumentos superiores nos ordenados dos trabalhadores portugueses aos efectuados na função pública norte-americana”, adiantando, ainda, de forma aparentemente audaciosa, que “no caso turco, os aumentos salariais resultam de uma negociação e não estão limitados pelos aumentos anuais da função pública norte-americana. O que pretendemos é que o resultado do inquérito salarial na base das Lajes seja aplicado”, assumindo que “nesta reunião da Bilateral podem estar reunidas as condições para uma decisão nesse sentido”.

Todavia, depois do insucesso dessa reunião, surgem surpreendentes notícias segundo as quais o chefe da Delegação Portuguesa na mencionada

Comissão Bilateral “garantiu já saber, mesmo antes da reunião marcada para 21 deste mês, que os norte-americanos não irão aceitar as condições sindicais, relativas à actualização salarial”, defendendo “que devem ser iniciados contactos exploratórios com vista a uma eventual renegociação apenas da componente laboral do Acordo”.

É inadmissível, assim, a forma como a Região não se tem envolvido ou tem sido ultrapassada em toda esta matéria.

É, por isso, essencial que se esclareça, de uma forma rigorosa, o que efectivamente se passa relativamente à utilização militar da Base das Lajes e no que respeita às questões laborais pendentes.

É, por tudo isso, decisivo que sejam avaliados os impactos económicos, sociais, ambientais e políticos na Região Autónoma dos Açores de uma eventual alteração da utilização militar da Base nos termos noticiados.

Com tais pressupostos, o PSD propôs que o Governo Regional esclarecesse esta Assembleia, através da Comissão Eventual respectiva, sobre tudo o que tem conhecimento em relação à matéria em causa, por entendermos necessário que seja fornecida a informação existente com a transparência adequada à efectiva defesa dos interesses dos Açores.

Porém, a maioria do PS, não entendeu assim, alegando, que “não é importante o que o Governo Regional sabe”, anuindo, no entanto, a solicitar idênticos esclarecimentos ao Governo da República.

Para o PSD, é importante o que o Governo Regional sabe, é essencial que, por todas as razões, o Governo Regional preste essa informação ao Parlamento, porque também entendemos que seria inadmissível que o Governo Regional não estivesse a ser informado e a acompanhar a situação.

Porque julgamos como de elementar sentido de democracia e respeito pelos açorianos que os órgãos de governo próprio da Região saibam o que se passa em termos negociais sobre a matéria e o que, a este respeito, se pretende para a nossa terra.

Só assim poderemos defender os interesses inalienáveis de quem nos segue.

Para isso, o Governo Regional e a maioria socialista podem contar seguramente com o PSD, para afirmarmos uma posição clara de defesa dos Açores, sem quaisquer perspectivas partidárias, mas, no sentido evidente de que a Região tem de saber o que se passa e o que quer sobre uma matéria cujo impacto no futuro dos Açores é tão decisivo.

É com este sentido de responsabilidade que o PSD manifesta a importância do envolvimento dos órgãos de governo próprio da Região em todo o processo negocial em curso e assume a disponibilidade política para, juntamente com outras forças partidárias, afirmarmos uma posição clara dos Açores sobre o futuro da nossa terra. – Gab, Imp. ALRA

- JSD/Açores quer disciplina escolar sobre os problemas sociais

O líder da JSD/Açores visitou esta tarde a Escola Secundária Jerónimo de Andrade, em Angra do Heroísmo, iniciando assim um conjunto de actividades que se vão desenrolar até ao final do mês de Março, e onde os jovens laranja pretendem debater a educação, o emprego e a formação.

Numa visita conjunta com a JSD/Terceira, Cláudio Almeida reuniu com os responsáveis por aquele estabelecimento de ensino, com os quais tratou temas como o absentismo escolar, a taxa de insucesso dos alunos e o sentimento de insegurança nas escolas, manifestando “total abertura da JSD/Açores” para dar voz aos ânimos e anseios dos estudantes da região.

Mediante uma proposta que vão substanciar em acções futuras, a JSD defende a inserção nos currículos escolares de uma disciplina “relacionada com a educação sexual e as toxicodependências”, mas que englobe ainda “diversas vertentes sociais” que consideram importantes para a juventude, “como seja o ambiente”, exemplificou Cláudio Almeida.

O líder da JSD/Açores salientou ainda a recente abertura “a meio gás” da escola Tomás de Borba, que recordou ser “uma promessa eleitoral do PS” datada de 1996, estrutura que “finalmente deve entrar em funcionamento pleno” durante o ano lectivo em curso.

- JSD/Açores reclama “abertura” sobre as negociações das Lajes

A JSD/Açores lamentou, no passado Sábado, o facto de deputados do Partido Socialista terem “inviabilizado” a hipótese de os açorianos ouvirem o executivo regional “pronunciar-se” sobre as hipotéticas alterações no Acordo da Base das Lajes. A declaração foi feita pelo líder regional da estrutura laranja, Cláudio Almeida, após uma visita àquela base militar, na ilha Terceira.

Aludindo ao facto da proposta social-democrata ter sido “chumbada” no dia anterior, o líder da JSD/Açores considerou que há “pouca abertura” das entidades oficiais, no sentido de “informar a população da verdade dos factos” no que toca à base das Lajes. No entanto não deixou de reforçar a ideia da “grande importância geo-

estratégica daquela estrutura”, factor que continua a ser provado com a “vontade norte-americana em implementar novas valências” na mesma.

Segundo o jovem social-democrata é necessário, e “uma vez que parece haver interesse da parte americana em aumentar a sua presença “ nas Lajes, salvaguardar o máximo possível de “contrapartidas financeiras para a região” por esse facto. Cláudio Almeida insistiu, no entanto, em lamentar que, “nos tempos actuais e com toda a mediatização inerente à actualidade política e seus desenvolvimentos”, se saiba tão pouco, “numa perspectiva do cidadão comum”, sobre as referidas negociações.

- JSD/Pico: Cedência do Convento de S. Pedro provoca “indignação”

A Juventude Social Democrata da ilha do Pico deu hoje voz à sua “indignação” pela cedência, às mãos do Governo Regional, do Convento de São Pedro de Alcântara, em São Roque do Pico, a uma sociedade anónima de capitais públicos regionais, a Pousadas de Juventude dos Açores.

“Como se não bastasse a descaracterização de tão importante património, é agora entregue a sua gestão a uma sociedade anónima, que fica assim parte do património e da história de São Roque do Pico”, refere o líder da JSD na ilha-montanha, acrescentado que “agora o local será gerido este como se fosse, simplesmente, para alojar pessoas”, disse Rómulo Ávila.

A JSD da ilha do Pico esclareceu não estar “contra a construção de uma Pousada de Juventude na ilha”, apenas se assume, “como sempre o fez” contra a sua construção “naquele edifício”. Rómulo M. Ávila afirmou que “todo o processo foi mal conduzido desde o início, pois não foi ouvida a população” sobre a utilização do Convento”

“O Convento de São Pedro de Alcântara podia e devia ter outro tipo de aproveitamento turístico”, disse ainda Rómulo Ávila, para quem aquele espaço estaria destinado a “divulgar a história da nossa terra, dos nossos

antepassados, assim como a nossa realidade e as nossas vivências”, concluiu.

- JSD/São Miguel quer “disciplina de prevenção” nas escolas

A JSD de São Miguel defendeu hoje a criação de uma “disciplina de prevenção” nas escolas da Região, com o objectivo de alertar os jovens para as questões da toxicodependência, alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis e prevenção rodoviária.

Em comunicado, a comissão política de ilha dos jovens social-democratas micalenses acrescenta que esta disciplina deve ser leccionada por docentes com “formação específica” nas áreas referidas.

“Os docentes destas disciplinas devem ser pessoas que têm especialização nestas áreas, de modo a poderem transmitir a mensagem com base na experiência adquirida aquando das respectivas especializações”, afirmaram.

Em alternativa à criação de uma nova unidade lectiva, a JSD de São Miguel propõe a “inclusão” destes assuntos na disciplina de formação para a cidadania, que já existe nas escolas públicas dos Açores, dado que os temas em causa “não fazem parte do seu programa curricular”.

- JSD desafia restantes partidos a assumir posição

A JSD/Açores desafiou hoje os restantes partidos envolvidos na revisão do Estatuto Político-Administrativo a assumir se o aumento das despesas de representação dos deputados “é ou não essencial” no processo.

Em comunicado, os jovens social-democratas afirmaram estar “ao lado” do líder do PSD/Açores, que já disse estar disposto a “deixar cair” o artigo que prevê o aumento das despesas de representação dos deputados.

“Costa Neves percebeu que o aumento dos vencimentos proposto não é uma questão essencial para a Autonomia”, salientaram.

A JSD/Açores recordou, ainda, que o PS tem um entendimento diferente nesta matéria, dado que “já fez saber, através do líder do seu grupo parlamentar, que defende, de forma igual, todos os artigos da revisão do Estatuto”.

Os jovens social-democratas acrescentaram que a proposta de revisão do Estatuto “é um documento significativo e importante para os Açores”.

- Governo “falha” no combate à toxicodependência

A JSD/Açores considerou sábado ser “urgente” uma mudança nas políticas governamentais de combate às toxicodependências.

Segundo o líder dos jovens social-democratas, que falava após uma visita à Casa de Saúde de São Miguel, em Ponta Delgada, toda a problemática da droga tem o seu início “nas questões sociais da nossa sociedade, que não são acompanhadas pelas más políticas sociais deste governo regional”.

De acordo com Cláudio Almeida, é “urgente mudar essas políticas”, uma realidade que só será possível “com outros actores, com outros responsáveis, com o PSD”.

O líder da JSD/Açores elogiou o bom trabalho desenvolvido por aquela instituição, que é “das poucas nos Açores a lidar com o tratamento de toxicodependentes e com a sua reinserção na sociedade”, mas considerou serem essenciais “mais meios e apoios por parte do governo regional, que continua a falhar nesta matéria”.

Cláudio Almeida destacou a existência de “cerca de 240 utentes que participam no programa de desabitação com metadona”, dos quais “apenas 160 são comparticipados pelo governo”, pelo que a Casa de Saúde de São Miguel não tem “meios financeiros suficientes para mais, pois esse é um tratamento bastante dispendioso”.

“O governo comparticipa apenas com três euros por dia para cada utente”, disse o líder dos jovens social-democratas, apontando o valor como

“escasso”, pois leva a instituição a carcer de meios para “pagar os seus funcionários, obrigando a reduzir no pessoal e a instaurar um sistema de voluntariado”.

Cláudio Almeida considerou ser “inadmissível” que uma instituição com aquela dimensão tenha “apenas um médico, um psicólogo, um psiquiatra, e enfermeiros a trabalhar em regime de voluntariado”.

- DST's e toxicodependências “pedem” novas estratégias

A Juventude Social Democrata de Angra do Heroísmo defendeu uma estratégia “mais abrangente, profunda e completa nos Açores” na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST's). Segundo a estrutura dirigida por Luís Carneiro, a acção até aqui implementada pela tutela “não tem conseguido atingir os seus propósitos”, pelo que a JSD propõe “a criação de dinâmicas de grupo e a elaboração de um projecto de educação sexual nas escolas mais concreto e bem orientado”.

Foi aliás no âmbito das suas recentes intervenções visando as DST's e a educação afectivo-sexual, que a JSD da cidade-património visitou o Centro de Adictologia de Angra do Heroísmo, tendo os seus dirigentes sido recebidos pelos responsáveis daquele organismo.

Segundo puderam aferir, há um claro “aumento” na procura do teste do HIV, “que é gratuito naquele estabelecimento”, assim como se confirma um número “crescente” de casos positivos da patologia. Uma situação que, referiu Luís Carneiro, “nos preocupa, cumprindo-nos informar que se encontram disponíveis gratuitamente naquele centro, preservativos, bem como o teste de gravidez”.

Também directamente relacionadas estão as questões ligadas à toxicodependência, área em que a JSD quis registar “o bom trabalho realizado por aquela instituição” na vertente dos tratamentos. Segundo os jovens laranja a desintoxicação “preenche” uma primeira fase do tratamento, mas é necessário sempre “prevenir” para que se atinja posteriormente “uma estabilização social e a desejada reorganização familiar”.

Também a componente psicológica se mostra “de extrema importância para o sucesso dos tratamentos”, pelo que a JSD “não compreende” como pode um aspecto tão relevante estar “dependente” do voluntariado realizado por uma psicóloga, “desde há dois anos”, com o pedido de orçamentação para que se junte ao grupo de trabalho a ser “sucessivamente rejeitado” pelas

entidades competentes.

No final da visita a JSD de Angra realçou que “em prol dos interesses dos jovens e da população em geral”, deve haver uma maior atenção dispensada aos assuntos referidos, lamentado, no caso do serviço em causa “o precário estado de conservação do parque de estacionamento que o serve”, sem dúvida uma lacuna a também “corrigir” no futuro.

- JSD/Faial defende criação de centro de adictologia

O presidente da JSD/Faial considerou hoje que é “urgente” a criação de um centro de adictologia na ilha que permita a “reabilitação de jovens toxicodependentes” e funcione como “centro de prevenção”.

“O combate às toxicodependências deverá ser feito através de técnicos especializados, mas os mesmos necessitam de ter um espaço e os meios para atingir os seus objectivos. Só a autarquia e o governo regional poderão proporcionar este centro”, afirmou Hugo Rombeiro, que hoje foi reeleito líder dos jovens social-democratas faialenses.

O presidente da comissão política de ilha da JSD do Faial referiu, igualmente, que a estrutura está já a preparar-se “para um ano de eleições”, em que “vai continuar a ouvir, em conjunto com os núcleos de freguesia, a população e seus militantes para a criação de um documento com propostas para a juventude faialense”.

As propostas a apresentar pelos jovens social-democratas faialenses abrangem as áreas do ambiente, educação, emprego, habitação, mobilidade, desporto, doenças sexualmente transmissíveis e toxicodependências.

- “Falhas” nas políticas sociais acentuam onda de criminalidade

O líder da JSD/Açores considerou sexta-feira que as “falhas graves” das políticas sociais do governo regional socialista originaram as “proporções elevadas” que tomou a actual “onda de criminalidade e toxicodependência” existente na Região.

“Fruto das políticas sociais deste governo regional, a onda de criminalidade e toxicodependência tem tomado proporções elevadas, pois as falhas graves em matéria de educação, emprego e reinserção social são o ingrediente necessário para que as pessoas procurem o dinheiro fácil, que é roubar e vender droga”, afirmou Cláudio Almeida, no final de uma visita ao comando regional da PSP, em Ponta Delgada.

O líder dos jovens social-democratas acrescentou que a PSP tem feito um “bom trabalho”, dado que “se não faz mais é porque não tem os meios e apoios suficientes por parte do governo”.

Cláudio Almeida defendeu também a “revisão” da lei que despenalizou o consumo de drogas, de forma a “tornar mais fácil a actuação das autoridades”.

“É importante a criação de uma comissão para examinar e reformular a lei, que teria de ser constituída por polícias, médicos e magistrados”, salientou.

- Estagiar-L vai promover desemprego

A Juventude Social Democrata dos Açores (JSD/A) manifestou hoje a sua “indignação” pela alteração do tempo de duração do programa “Estagiar-L”, que “passou de seis meses para dois anos”, nas ilhas de S. Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, tendo “deixado de haver” um limite máximo de 6 estagiários por empresa, alterações que a JSD considera de “reciclagem” na utilização de jovens no mercado de emprego.

Segundo a JSD/A, as mudanças se “por um lado” garantem aos jovens recém-licenciados uma “experiência profissional que os prepara para o mercado de trabalho”, situação a que os social-democratas não se opõem,

“por outro lado” levam a uma situação precária de emprego, pois “o Estagiar-L tem uma remuneração baixa, não efectuando descontos nem a contagem de tempo de serviço”.

Considerando que a situação vai, de facto, “promover o emprego precário entre os jovens açorianos”, a JSD vê ainda como “agravante” as empresas poderem “usar e abusar” de mão-de-obra “barata e altamente especializada”, pois poderão ter “vários jovens naquela situação”, fazendo depois a referida “reciclagem” dos mesmos, ao final dos dois anos previstos.

Para os social-democratas não são medidas destas, “avulsas e insuficientes”, que irão permitir a “fixação dos jovens às suas ilhas de origem”, pois com uma situação profissional precária “ninguém consegue tornar-se independente e iniciar a sua vida”, acrescentam.

Reforça a JSD/A que os jovens da região merecem “mais e melhor”. Aquela força jovem considera-se adepta da “boa preparação para o mercado de trabalho”, mas não da “exploração” dos jovens açorianos que trabalhem como outro qualquer empregado para, passados dois anos, serem “afastados”, continuando assim a não ter perspectivas de futuro.

(newsletter da JSD/Açores: remetida mensalmente desde Janeiro de 2007)

JSD do Pico (Açores)

Cedência do Convento de S. Pedro provoca “indignação”

A Juventude Social Democrata da ilha do Pico deu hoje voz à sua “indignação” pela cedência, às mãos do Governo Regional, do Convento de São Pedro de Alcântara, em São Roque do Pico, a uma sociedade anónima de capitais públicos regionais, a Pousadas de Juventude dos Açores.

“Como se não bastasse a descaracterização de tão importante património, é agora entregue a sua gestão a uma sociedade anónima, que fica assim parte do património e da história de São Roque do Pico”, refere o líder da JSD na ilha-montanha, acrescentado que “agora o local será gerido este como se fosse, simplesmente, para alojar pessoas”, disse Rómulo Ávila.

A JSD da ilha do Pico esclareceu não estar “contra a construção de uma Pousada de Juventude na ilha”, apenas se assume, “como sempre o fez” contra a sua construção “naquele edifício”. Rómulo M. Ávila afirmou que “todo o processo foi mal conduzido desde o início, pois não foi ouvida a população” sobre a utilização do Convento.

“O Convento de São Pedro de Alcântara podia e devia ter outro tipo de aproveitamento turístico”, disse ainda Rómulo Ávila, para quem aquele espaço estaria destinado a “divulgar a história da nossa terra, dos nossos antepassados, assim como a nossa realidade e as nossas vivências”, concluiu.

Para mais informações contactar o Presidente da CPI da JSD/Pico – Rómulo Ávila (91 280 8472)



GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD da Guarda a reunir no próximo dia 3 de Abril de 2008, às 18h00, na Sede do PSD, na Rua Marquês de Pombal, n.º 49, 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (dia 31 de Março de 2008), na sede do PSD Guarda.

O acto eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 18h00 e as 21h00.

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes inscritos na Secção do PSD de Mealhada para um plenário de militantes a realizar no próximo dia 11 de Abril de 2008, das 18h00 às 24h00, na Sede Concelhia, na Sede Concelhia, sita no Centro Comercial Jardim, com a seguinte

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão de Secção;

Nota: Só poderão votar e ser eleitos os militantes com quotas em dia, que constem, dos cadernos eleitorais.

A sede encontrar-se-á aberta no dia 8 de Fevereiro de 2008, para efeitos de recepção de candidaturas entre as 22h30 e as 24h00.

NÚCLEO DE ÁGUAS SANTAS/ PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Águas Santas/Pedrouços, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2008, sexta-feira, pelas 21h00, na Sede do Núcleo, sita na Rua D. Afonso Henriques, n.º 1129, Pedrouços com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Penafiel para reunir em Assembleia ordinária, no dia 17 de Março de 2008, pelas 21h30, no auditório das Feiras e Exposições sito na Freguesia de Milhundos, Penafiel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto um: Apreciação das contas

da Secção do PSD/Penafiel relativas ao ano de 2007;

Ponto dois: Análise da situação política.

SECÇÃO D

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes da Secção D de Lisboa para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 6 de Março de 2008, pelas 21h30, na Sala Terraço das Estrelas, do Hotel Comfort Inn Embaixador, sito na Av. Duque de Loulé, n.º 73 (frente à Sede da Secção D), em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Apresentação do projecto de criação do "Gabinete de Apoio à Mulher na Política" da Secção D;
3. Apresentação do Programa de Formação Política da Secção D.

Nota: se à hora fixada para o início dos trabalhos não existir quórum, a Assembleia iniciar-se-á trinta minutos depois, com qualquer número de militantes presentes.

VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valpaços, para reunir no próximo dia 6 de Março de 2008 (quinta-feira), pelas 17h45 na Sede do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2007;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.



Errata

**Alteração de Data:
O Plenário da Secção B foi alterado do dia 27 de Fev.de2008 passou para o dia 5 de Março de 2008.**

SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção B para reunir no dia 5 de Março de 2008, pelas 21h30, na Sede da Secção – Largo do Campo Pequeno, n.º 16 – 3.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e votação do Plano de Actividades;
 - 2 – Análise da Situação Política.
- O Presidente da Mesa
(Luís Nazareht)

CONSELHO DISTRITAL DE

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Coimbra para reunião a realizar no próximo dia 8 de Março de 2008, pelas 17 horas, no Auditório da Escola Profissional de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Análise da Situação Política Actual;
 - 3 – Marcação do Acto Eleitoral para a Comissão Política Distrital e para a Mesa do Plenário Distrital;
 - 4 – Outros assuntos de interesse.
- O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Ricardo Lopes)

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Amarante para reunir no dia 29 de Março de 2008, pelas 21horas, no Edifício do Salto – São Gonçalo, em Amarante, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa de Plenário de Secção;
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

- As urnas estarão abertas pelo período de 2 horas;
- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, no Edifício do Salto – São Gonçalo, em Amarante, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Plenário
(Sílvia Mota)

NESD DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Aveiro, para o dia 9 de Abril de 2008, pelas 18h30, nas instalações da Sede Distrital do PSD, sita na Rua Dom Manuel B. Vasconcelos, 28 – Aradas, 3810-498 Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo;
- 2 – Eleição da Direcção do Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 18h30 e as 20 horas.
As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa de Plenário de NESDUA
(Bruno Miguel Ribeiro Costa)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 4 de Abril de 2008, pelas 21:30 horas, na Sede Concelhia da JSD, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Isabel Pinho)

NÚCLEO DO BONFIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se o Plenário do Núcleo do Bonfim da JSD, para uma reunião dia 28 de Março de 2008, pelas 21:30 horas, na Sede do Núcleo do Bonfim da JSD, sita na Rua de Entreparedes, n.º 80, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo do Bonfim da JSD.

Notas:

- As listas devem ser entregues em duplicado, à Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente a substitua, na Sede do Núcleo do Bonfim da JSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

- O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 23h30.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Isabel Pinho)

NÚCLEO DE SANTO ILDEFONSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se o Plenário do Núcleo de Santo Ildefonso da JSD, para uma reunião dia 28 de Março de 2008, pelas 21:30 horas, na Sede do Núcleo de Santo Ildefonso da JSD, sita na Rua de Entreparedes, n.º 80, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo de Santo Ildefonso da JSD

Notas: As listas devem ser entregues em duplicado, à Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente a substitua, na Sede do Núcleo de Santo Ildefonso da JSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

- As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

- O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 23h30.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Isabel Pinho)